

ATA DA QUADRAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 10-5-2021.

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Claudio Janta, Idenir Cecchim, José Freitas, Karen Santos, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pedro Ruas e Reginete Bispo. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 150/21 (Processo nº 0388/21), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 086/21 (Processo nº 0260/21), de autoria de Cris Medeiros; o Projeto de Lei do Legislativo nº 003/21 (Processo nº 0111/21), de autoria de Daiana Santos; o Projeto de Lei do Legislativo nº 148/21 (Processo nº 0382/21), de autoria de Hamilton Sossmeier; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 075 e 145/21 (Processos nºs 0237 e 0377/21, respectivamente), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 096/21 (Processo nº 0284/21), de autoria de Kaká D'Ávila; o Projeto de Lei do Legislativo nº 060/21 (Processo nº 0195/21), de autoria de Leonel Radde. Também, foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando o desarquivamento de proposições: de autoria de Claudio Janta, para o Projeto de Lei do Legislativo nº 151/20 (Processo nº 0356/20); de autoria de Comandante Nádia, para o Projeto de Lei do Legislativo nº 158/20 (Processo nº 0382/20). A seguir, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do Dia das Mães, por solicitação da Mesa Diretora, e do quinquagésimo aniversário da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – Agapan –, por solicitação de Lourdes Sprenger. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Lourdes Sprenger, como proponente, e Márcio Bins Ely, em nome da Mesa Diretora. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Leonel Radde, Pedro Ruas, Airto Ferronato e Mônica Leal. Em continuidade, Francisco Milanez, presidente da Agapan, e Daniela Colussi, presidente da Associação Cristã de Moços de Porto Alegre, pronunciaram-se acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e dezenove minutos às quinze horas e vinte e três minutos. Após, por solicitação de Comandante Nádia, Cláudia Araújo, Cassiá Carpes, Ramiro Rosário, Matheus Gomes, Pablo Melo, Pedro Ruas, Jessé Sangalli e Jonas Reis, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Beatriz Santos Gomes, a Dirceu Colla, a Araldo Xavier Ulguim, a Luis Vagner, a Arthur Bertuzzi, a Clenir Machado e a José

Ferreira. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Hamilton Sossmeier e Idenir Cecchim. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Daiana Santos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Hamilton Sossmeier, Lourdes Sprenger, esta em tempo cedido por Idenir Cecchim, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Matheus Gomes e Mari Pimentel. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Claudio Janta e José Freitas. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 014/20, discutido por Aldacir Oliboni, e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 026, 129/21, este discutido por Daiana Santos, e 151/20, este discutido por Jonas Reis. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Roberto Robaina. Às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 090/21 (Processo nº 0266/21), após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas, Ramiro Rosário, Claudio Janta, Aldacir Oliboni, Pablo Melo, Mauro Pinheiro, Matheus Gomes, Daiana Santos, Comandante Nádia, Cassiá Carpes e Felipe Camozzato. Foi aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 090/21, por vinte e cinco votos SIM e nove votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 090/21, por vinte e três votos SIM e dez votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foram aprovados requerimentos verbais formulados por Felipe Camozzato e Aldacir Oliboni, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em prosseguimento, foi aprovada a prorrogação dos trabalhos da presente sessão, por dezenove votos SIM e onze votos NÃO, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo e Ramiro Rosário e Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/21 (Processo nº 0133/21), por vinte e cinco votos SIM e oito votos NÃO, após ser

discutido por Jonas Reis, Leonel Radde, Jessé Sangalli, Idenir Cecchim, Pedro Ruas, Moisés Barboza, Reginete Bispo, Airto Ferronato e Claudio Janta e encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Pedro Ruas e Matheus Gomes, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Ramiro Rosário, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foram votados conjuntamente e aprovados os Requerimentos n^{os} 130, 131, 132 e 134/21 (Processos n^{os} 0363, 0364, 0367 e 0380/21, respectivamente). Durante a sessão, foram registradas as presenças de Giovani Feltes, Deputado Federal e de Paulo Marques, Diretor-Geral do DMLU. Às dezenove horas e trinta e quatro minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Alvoni Medina, Márcio Bins Ely, Comandante Nádia e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos; boa tarde às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores; boa tarde ao público que nos assiste remotamente e através da TVCâmara. Solicito que o nosso diretor legislativo proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e seis Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Solicito ao diretor legislativo que proceda ao apregoamento das matérias apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Solicito o registro de minha presença.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 50 anos da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – Agapan, processo SEI nº 035.00034/2021-11, de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Francisco Milanez, presidente da Agapan.

A Ver.^a Lourdes Sprenger, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, representantes da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – Agapan, e demais convidados. A nossa homenagem, hoje, é a todos aqueles que há 50 anos trouxeram e deram visibilidade à defesa do meio ambiente. Não que não existisse antes pessoas dedicadas a essa importante pauta que faz parte do nosso bem-estar, da nossa vida.

A Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural completou 50 anos, é meio século de vida, em prol do meio ambiente, com profissionais, com especialistas, com biólogos e muitos outros que trouxeram tantas inovações com o seu ativismo e conhecimento, e não pode passar em branco essa data sem lembrar algumas passagens. Eu, como vereadora, tenho um lema que é o respeito às pessoas e aos animais, e os animais também estão inseridos no meio ambiente, e isso também nos remete diretamente à vida em todas as suas formas, espécies e manifestações. A Agapan faz esse trabalho de alertar, conscientizar, protestar e agir pela defesa do ambiente natural, que é fundamental para a vida de todos.

A Agapan foi fundada em 1971, e eu gostaria de registrar alguns nomes importantes que fizeram história em prol do meio ambiente, como José Lutzenberger, Augusto Carneiro, Caio José Lustosa, Alfredo Gui Ferreira e muitos outros. Aqui nesta Casa, eu participei de muitas ações com um ex-vereador, que fez muito também comandando a SMAM, o ex-vereador Beto Moesch. Junto a ele, tivemos outros vereadores, o Cláudio Sebenelo, tivemos o hoje prefeito Sebastião Melo, que também nos acompanhavam nas nossas lutas em muitas ações nesta cidade de Porto Alegre. Isso antes de eu me dedicar totalmente à causa animal; faz muitos anos.

Essa entidade pioneira, pioneira, sim, no seu gênero, no Brasil, que desde a sua fundação tem desenvolvido uma série de ações, entre elas a ativa participação no processo de tombamento da Mata Atlântica, no Estado, que recebeu o Prêmio Muriqui, que é um dos prêmios de conservação mais prestigiados do Brasil e que reconhece o trabalho de pessoas físicas ou entidades públicas e privadas em prol da conservação da biodiversidade, do desenvolvimento sustentável, do conhecimento científico e trabalho do bioma.

A Agapan também participou ativamente da campanha pelo não às construções residenciais na orla do Guaíba, preservando o que restava ainda do nosso pedaço de orla, também luta contra o uso indiscriminado de agrotóxicos no Brasil e pela abertura à sociedade do debate em relação aos transgênicos, seu uso e rotulagem, entre outras ações de caráter mais local e regional, como a proteção das árvores de Porto Alegre; tem histórias publicadas, a nossa geração toda lembra desses fatos.

Hoje, a Agapan é presidida por Francisco Milanez, biólogo, que está aqui presente, especialista em análise de impactos ambientais, mestre em educação e doutorando em educação em ciências da química da vida à saúde, na Bioquímica da UFRGS, e é o nosso convidado no período de Comunicações.

Ao pensarmos em desenvolvimento sustentável, é preciso levar em conta a capacidade de atender às necessidades das gerações atuais e futuras sem o esgotar dos recursos naturais. Devemos propor meios de harmonizar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental, pois o planeta Terra é a morada de todos nós. É cuidando do planeta que estaremos garantindo a sobrevivência da humanidade e de todas as espécies. Daí a importância dessas entidades como a Agapan, com seus membros, seus diretores, seus ex-presidentes e presidente atual, com alta capacidade técnica de conhecimento. Não é só fazer um ativismo; precisa conhecer, e são muitas as áreas que envolvem hoje o meio ambiente para se especializar e para defender, de verdade, o meio ambiente.

Também quero destacar que, dentro do meio ambiente, para quem não sabe, estão inseridos os animais. E não dá para atuar nas duas pontas, porque são muitas as ações necessárias para preservar os animais de todas as espécies, me refiro também às espécies silvestres, às domésticas, às exóticas, e assim por diante. Então quero deixar aqui o nosso reconhecimento pelo trabalho desenvolvido nesse meio século de proteção à vida de todos nós e dos recursos naturais de que dispomos. Parabéns à Agapan. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Lourdes. Hoje, excepcionalmente, faremos também a homenagem ao Dia das Mães e, na sequência, inscritos em Comunicação de Líder poderão se manifestar por ocasião das duas homenagens.

Peço que a Ver.^a Comandante Nádia assuma os trabalhos para que eu possa fazer um registro, em nome da Mesa Diretora, por ocasião da homenagem ao Dia das Mães.

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações e falará em nome da Mesa Diretora.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde a todos e a todas. Permitam-me tirar a máscara. Quero fazer uma saudação muito especial à Ver.^a Comandante Nádia, Vice-Presidente da Câmara, presidindo os trabalhos, e, cumprimentando V. Exa., cumprimento os demais vereadores, vereadoras e o público que nos assiste remotamente. Senhoras e senhores, gostaria, neste momento, primeiramente, de fazer uma saudação muito especial às mães que nos acompanham, por ocasião do transcurso do Dia das Mães, ontem. Estão aqui conosco a presidente da ACM, Sra. Daniela Colussi, que nos acompanha remotamente; também a vice-presidente da ACM, Sra. Bernadete Franco Cunha; o secretário-geral, Sr. José Caporal; e a Sra. Maria Inês Schultz, representando as mães. Obrigado pela presença, pelo carinho; quero também fazer o registro da presença do Gildásio, presidente da SPAAN, que acompanha os trabalhos nesta tarde.

Muito especialmente, quero fazer aqui um agradecimento, através de uma mensagem que passo a ler, por ocasião da passagem desta data tão importante: “Uma criança pronta para nascer perguntou a Deus: ‘Dizem-me que estarei sendo enviado à Terra amanhã. Como eu vou viver lá, sendo assim pequeno e indefeso?’ E Deus respondeu: ‘Entre muitos anjos, eu escolhi um especial para você. Estará lhe esperando e tomará conta de você’. E a criança respondeu: ‘Mas diga-me, aqui no Céu, eu não faço nada a não ser cantar e sorrir, o que é suficiente para que eu seja feliz. Serei feliz lá?’ E Deus respondeu: ‘Seu anjo cantará e sorrirá para você. A cada dia, a cada instante, você sentirá o amor do seu anjo e será feliz’. E a criança perguntou: ‘Como poderei entender quando falarem comigo, se eu não conheço a língua que as pessoas falam?’ E Deus respondeu: ‘Com muita paciência e carinho, seu anjo lhe ensinará a falar’. E a criança voltou a perguntar: ‘E o que farei quando eu quiser Te falar, ó meu Deus?’ E Deus respondeu: ‘Seu anjo juntará suas mãos e lhe ensinará a rezar’. E a criança perguntou: ‘Eu ouvi que na Terra há homens maus. Quem me protegerá?’ E Deus respondeu: ‘Seu anjo lhe defenderá mesmo que signifique arriscar sua própria vida’. E a criança indagou: ‘Mas eu serei sempre triste porque eu não Te verei mais’. E Deus respondeu: ‘Seu anjo sempre lhe falará sobre Mim, lhe ensinará a maneira de vir a Mim, e Eu estarei sempre dentro de você’.

Nesse momento havia muita paz no Céu, mas as vozes da Terra já podiam ser ouvidas. A criança, apressada, pediu suavemente: ‘Oh Deus, se eu estiver a ponto de ir agora, diga-me, por favor, o nome do meu anjo’. E Deus respondeu: ‘Você chamará o seu anjo de mãe!’.” Feliz Dia das Mães! Esta é a homenagem da Câmara Municipal por esta data que não poderíamos deixar passar em vão, agradecendo sobremaneira também a iniciativa da ACM, que vem aqui, ano após ano, fazer este registro; um agradecimento especial à Ver.^a Mônica Leal, que sempre esteve à frente desta homenagem, junto com a Ver.^a Comandante Nádia e a Ver.^a Laura Sito, nossas três mães que representam as vereadoras mães que estão na Mesa hoje, e também a nossa homenagem a todas as mães, infelizmente em tempos de pandemia muitas nos deixaram, outras perderam seus filhos, enfim, mas fica o registro da nossa homenagem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Devolvo os trabalhos para o Presidente Márcio Bins Ely.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradeço à Ver.^a Comandante Nádia. Passaremos às manifestações dos vereadores que queiram aqui fazer o registro das homenagens ao transcurso dos 50 anos da Agapan e também ao Dia das Mães. Registro e agradeço a presença do Sr. Francisco Milanez, presidente da Agapan, que está aqui conosco, presencialmente.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde vereadores e vereadoras; queria aqui saudar esta homenagem aos 50 anos da Agapan. Participei desta homenagem também na Assembleia Legislativa, proposta pelo deputado Marroni. É uma instituição histórica e muito importante para a história do meio ambiente do Brasil e que está estabelecida em Porto Alegre, no nosso Estado, o que muito nos honra. Neste momento em que nós vemos o meio ambiente sendo atacado através do negacionismo, através de políticas que trazem como consequência o aquecimento global, a morte de peixes, a poluição dos rios e lençóis freáticos, o uso indiscriminado de agrotóxicos, é muito importante que a gente homenageie a Agapan e todos e todas que lutaram doando a sua vida em prol da humanidade. Não podemos esquecer que temos nesta capital o símbolo máximo, talvez, da luta pelo meio ambiente na época da ditadura, que foi quando alguns estudantes subiram numa árvore, próxima à faculdade de direito em Porto Alegre, e evitaram, de forma heroica, o seu corte; isso reverberou no País inteiro, não só em prol do meio ambiente, mas também em prol da democracia. Se nós, neste momento histórico, não nos apropriarmos do debate sobre o meio ambiente, não tivermos nenhum tipo de preocupação com o futuro, muito em breve aquelas previsões mais nefastas acontecerão, e não haverá tempo para que nós possamos modificar o rumo que tomamos. A Covid, que está bem simbolizada nesta Casa, é consequência direta do nosso desprezo pelo meio ambiente, na medida em que sempre utilizamos o discurso de que devemos estar focados na economia e não na vida, na economia e não no meio ambiente, e hoje pagamos um preço muito alto por todas as nossas escolhas como humanidade e dentro de um sistema capitalista e desigual.

Parabéns à Agapan por esses 50 anos, e vida longa a todos aqueles que lutam e defendem o meio ambiente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Vereadoras e vereadores, eu início pela segunda homenagem, para fazer um registro. O primeiro, por óbvio, é a homenagem a todas as mães pelo dia que passou. O segundo registro, nesta mesma homenagem, Presidente Márcio Bins Ely, é que tradicionalmente a proposição da homenagem a este dia era do Ver. João Dib, na Casa, e eu sei que ele assiste às sessões. Então quero mandar um grande abraço ao Ver. João Dib, adversário de ideias, amigo do coração, uma pessoa extraordinária. Quero registrar que a ACM criou o Dia das Mães, está presente na Casa, e eu tive muita honra de fazer parte da ACM – há muitos anos, evidentemente –, gosto muito do trabalho da Associação Cristã de Moços, e a sua batalha histórica para criar este dia repercutiu, por óbvio, mundialmente.

Com relação à Agapan, Presidente, 50 anos são para nós um marco da maior grandeza. Falou bem o Ver. Leonel Radde nesse sentido, porque nós vivemos um momento muito difícil seja para a saúde, seja para o meio ambiente. Nós temos na pasta do meio ambiente, querido amigo Francisco Milanez, um homem que queria aproveitar a crise da pandemia para passar a boiada; o ministro do meio ambiente é um bandido que foi defender outros bandidos ceifadores de madeira, destruidores do meio ambiente na Amazônia. Nós vivemos neste País um momento muito delicado. Estivemos juntos quando a Prefeitura, no outro governo do MDB, no governo Fogaça, fechou a sede da Agapan, ali no Centro, e nós fomos fazer um protesto, fomos juntos. Por óbvio, entre a saúde e a economia, este governo – tanto federal como municipal – optou pela economia. Com relação ao meio ambiente e a economia, levou a economia; e não é a economia, é a sua visão da economia, porque uma economia sustentável, como é o caso de algo ambientalmente responsável, uma economia sustentável, como é algo que proteja as pessoas com vacinas e com isolamento, com maneiras eficazes de que a vida se preserve – a economia que decorre da vida, não é a economia sem vida –, a sua visão de economia e nessa visão os interesses imediatistas, financeiros, rentistas dos bancos que os financiam, estão sempre em primeiro lugar. Então esse cinquentenário ocorre num momento particularmente difícil da sociedade brasileira, gaúcha e porto-alegrense, porque aqui também nós não veremos, com certeza – como não vimos até agora projeto algum com relação ao combate à pandemia do governo municipal –, projeto algum com relação à preservação ambiental, nenhum, e não virá! A atuação do movimento social, a atuação da Agapan, histórica e que nos honra muito, é de extrema importância, e cada vez maior. Fez bem a Ver.^a Lourdes em lembrar o Lutzenberger; eu gostaria de lembrar também o Carneiro, o Caio Lustosa, fui vereador com Caio Lustosa, tive a honra de ser vereador com o primeiro secretário municipal de meio ambiente... (Problemas na conexão.) ...Tantos e tantos pioneiros que nos levaram a este momento de podermos ter 50 anos de uma entidade que honra Porto Alegre, o Rio Grande do Sul e o Brasil. Parabéns pelo cinquentenário, podem ter certeza de que, aqui na Câmara, nós teremos sempre a luta pela preservação do meio ambiente e pelo enfrentamento às forças que querem a destruição ambiental. Um forte abraço a todas e todos, e que outros 50 anos venham com muita luta e com muitas conquistas!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Estimado Presidente Márcio, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste. Quero trazer um abraço ao Milanez, nosso presidente da Agapan; quero cumprimentar a Lourdes, pela iniciativa da justa homenagem, e o Ver. Márcio, que traz a homenagem do Dia das Mães. Assim como o Ver. Pedro falou, quero trazer um abraço em homenagem especial e carinhosa também ao Ver. João Dib, sempre vereador, pois sempre foi de sua iniciativa esta homenagem. Quero registrar nas figuras do sempre vereador Caio Lustosa e José Lutzenberger a nossa homenagem a todos que militaram fortemente nas causas do meio ambiente, e a Agapan é uma instituição que tem o reconhecimento do povo gaúcho, até pelo que ela expressa, o que representa a Agapan e suas lutas. Nesses 50 anos da Agapan, trazendo meus parabéns à entidade e às suas direções, atuais e anteriores, nós – Ver. Pedro Ruas e outros vereadores que acompanhamos –, é bom dizer, estamos hoje ainda assistindo, 50 anos depois da criação da Agapan, o desprezo ao meio ambiente. O Brasil meio que capitaneia isso, mas outros países do mundo – embora se façam de santos – também destruíram, historicamente, o seu meio ambiente. Porto Alegre foi e ainda é a cidade mais arborizada do País. Nós estamos hoje com essas questões difíceis de desprezo ao meio ambiente, mas imaginem se não tivéssemos essa luta histórica da Agapan na defesa do meio ambiente. Portanto, eu quero registrar ao Milanez – e, em nome dele, falo com todas as direções atuais e passadas – que a história da Agapan é um marco de serviços de defesa e de luta na preservação da vida, sim, porque preservar o meio ambiente significa, com toda a certeza, preservar a vida. Por isso, parabéns à Agapan!

Pelo Dia das Mães, que transcorreu ontem, nós não poderíamos deixar de trazer um abraço ao Márcio, como já falou a Ver.^a Lourdes sobre esta homenagem pelo Dia das Mães, que também é um marco de luta pela vida dos nossos povos. Portanto, parabéns a vocês que apresentaram as propostas; parabéns pelos 50 anos da Agapan – vida longa! – e parabéns a todas as mães, felicidades a todas as mães da nossa Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e do Brasil. Um abraço, obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Idenir Cecchim.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, eu queria anunciar aqui, junto com a nossa bancada do MDB – com os vereadores Pablo Mendes Ribeiro e Lourdes Sprenger –, que o nosso deputado federal Giovani Feltes está fazendo uma visita à nossa Casa. Seja bem-vindo, deputado, o senhor será sempre bem-vindo. O nosso Presidente Márcio Bins Ely está nos conduzindo muito bem na presidência, e V. Exa. pode ter certeza de que aqui terá sempre uma porta aberta.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Temos então o registro da presença do deputado Giovani Feltes. Obrigado.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, colegas, imprensa, deputado Feltes, que nos prestigia com a sua presença; Agapan; Associação Cristã de Moços, que também está aqui. Eu gostaria de registrar que a Câmara Municipal de Porto Alegre tem a tradição de homenagear o Dia das Mães, que é celebrado sempre no segundo domingo de maio, tradição que iniciou com o Ver. João Antonio Dib; e eu, como tenho 20 anos de Casa, sendo 12 anos como assessora do então vereador Pedro Américo Leal, acompanhei todas essas homenagens. Presidente Márcio Bins Ely, só tenho a lhe agradecer por, através da Mesa Diretora, continuar fazendo essa homenagem aqui. Eu penso que é um momento a mais para nós demonstrarmos amor e gratidão àquela que nos gerou e criou, àquela que divide a sua existência com o ato de dedicar ao outro como educar e formar um outro ser para a vida. Não é uma coisa fácil, nós sabemos que a maioria das mães faz o melhor de tudo para acertar; e esse é, sem dúvida nenhuma, o projeto mais difícil e, ao mesmo tempo, mais maravilhoso da vida de um ser humano.

Trazendo essa celebração aos dias atuais, sabemos que é muito difícil ser mãe em um cenário tão violento; nos deparamos com mães que perdem seus filhos para a violência, para a epidemia do coronavírus; também o malabarismo da tripla jornada, que faz as mulheres se superarem em meio à vida tão corrida e competitiva, sendo que muitas criam sozinhas os seus filhos. Então eu faço aqui exatamente o contrário, eu penso que a mãe que cuida merece ser cuidada. Muitas vezes, eu vejo pessoas idosas em asilos, e isso me corta o coração, porque a gente sabe que é possível, sim, cuidar dessas pessoas que nos cuidaram por toda uma vida com atenção e dedicação.

Também quero dar parabéns à Agapan, primeira organização ambientalista do Brasil, que faz aniversário hoje, atuando na defesa de causas ambientais. Quero dizer que o meio ambiente entrou na minha vida através do ex-vereador Beto Moesch, do meu partido, o Partido Progressista, e ele entrou de uma forma muito especial, porque, naquela época – eu me orgulho de dizer isso –, o meu filho, que fazia estágio com o Beto Moesch, se apaixonou pela causa ambiental e se direcionou para o direito ambiental. Então, eu tenho um orgulho muito grande e sempre presto atenção em tudo o que diz respeito ao meio ambiente.

Lembro aqui algumas manifestações que vi na página do Francisco Milanez até negativas. Eu quero dizer que eu não vejo dessa forma, porque, no mínimo, a Agapan e o meio ambiente conseguiram algo extremamente importante, algo que, na minha época de criança, não era comum. Eu digo por mim, tenho uma neta de 10 anos que é extremamente cuidadosa com tudo o que diz respeito ao meio ambiente. Então eu penso que valeu, sim, valeu essa luta, valeu essa causa que vocês abraçaram de forma tão impressionante, tão dedicada. Hoje, as crianças não só têm esse cuidado imenso com o meio ambiente, como elas também cobram dos seus pais e dos seus avós, dão aulas, verdadeiras aulas para nós. Eu vejo como uma forma muito positiva essa luta que vocês

travaram desde o início, 50 anos atrás. Parabéns às mães, parabéns à Agapan e ao meio ambiente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Sr. Francisco Milanez, presidente da Agapan, está com a palavra.

SR. FRANCISCO MILANEZ: Boa tarde ao Presidente da Câmara; através dele, a todos os vereadores, o nosso agradecimento enorme, em especial à Ver.^a Lourdes Sprenger, que lembrou desta homenagem. De qualquer forma, nós contamos há 50 anos com o trabalho da Câmara, nós conseguimos muitos avanços. Eu não posso deixar de remeter à cidade de Porto Alegre de 1971. Era uma Porto Alegre triste, uma Porto Alegre sem flores na primavera, porque as árvores eram decepadas no inverno e, durante a primavera, elas mal conseguiam rebrotar – por isso, até hoje, a gente tem tantas árvores deformadas, são grossas no tronco e com os galhinhos fininhos. Porto Alegre não tinha flores na primavera, Porto Alegre tinha chagas nos seus morros de mineração de pedras – ali no Morro Santana, ainda temos uma chaga daquela época. E Porto Alegre, um ano depois da criação da Agapan, em 1972, tinha a ampola de fedor, o ácido sulfídrico oriundo da Borregaard Celulose de Guaíba, que foi inaugurada um ano depois da Agapan, e nós lutamos durante dez anos para fechá-la, até que ela tratasse os efluentes. Levou dez anos, mas ela tratou os efluentes; hoje, se chama CMPC, já foi Riocell. Mas a mesma Celulose que poluía diretamente sem nenhum tratamento o Guaíba, depois se orgulhava de ser modelo de tratamento, mas que só o fez forçada.

No começo dos anos 1970, só para vocês terem uma ideia, fruto da luta da Agapan, acabaram as podas, e Porto Alegre começou a ser uma referência mundial na primavera pelas flores, com as ruas de jacarandás e com tantas outras flores. Então essa mudança é uma luta específica da Agapan.

Outra luta bem importante foi exatamente o não corte de árvores. Na época, o prefeito tinha um afã – era engenheiro – por cortar árvores. Em 1975, quatro anos depois da fundação, Dayrell e outros subiram na árvore em frente ao Direito, árvore que até hoje está lá; o projeto, que não podia ser mudado para fazer o viaduto, os engenheiros do projeto diziam que não tinha como, mudou: lá estão as árvores e lá está o viaduto. Isso para vocês verem a importância que era dada às árvores.

Porto Alegre teve a primeira coleta seletiva do Brasil em 1974; a primeira Secretaria de Meio Ambiente do Brasil em 1975; Porto Alegre teve a primeira lei antipodas e de fechamento das minerações de pedras – inclusive, estavam cortando e vendendo os matacões que fazem do Parque Estadual de Itapuã um dos parques mais lindos do mundo, reconhecido internacionalmente. Houve luta pelos parques Itapuã, Lami e Delta do Jacuí. Imaginem que cidade triste seria hoje se nós não tivéssemos o maior parque deltaico na beira de uma capital do mundo, o Parque Estadual Delta do Jacuí – mais uma luta da Agapan. E aqui eu queria lembrar o nome do Udo Mohr, arquiteto que capitaneou essa luta.

Quero lembrar a luta atômica: o Rio Grande do Sul tem a obrigatoriedade de consultar a população para fazer usina nuclear, graças ao item que a Agapan colocou na Constituição estadual. Essa luta foi, inclusive, coordenada pelo nosso Lama Padma Samten, associado da Agapan, sendo hoje a maior referência na América Latina em budismo tibetano.

Nessas lutas todas, o Zeno Simon – que é o Parque Guarujá – foi uma das pessoas responsáveis pela primeira lei de recursos hídricos do Brasil, a gaúcha; pelo tratamento do polo petroquímico que ia ser jogado diretamente na Lagoa dos Patos sem tratamento, se não fosse a nossa luta. Então vocês podem ver que teria muito mais gente doente hoje. A lei de agrotóxico, a primeira brasileira, a gaúcha, foi escrita dentro da Agapan. Agora, atualmente, está correndo risco de ser modificada, permitindo que sejam usados, no Rio Grande do Sul, agrotóxicos que não são usados pelos próprios países que produzem. Isso é a maior aberração da história. Uma sábia colocação que nós fizemos na lei está por ser derrubada na Assembleia Legislativa; e aí nós vamos consumir agrotóxicos que nem os donos dos agrotóxicos querem consumir. Isso é o maior rebaixamento de respeito à população que eu vi em todos os meus 50 anos. Em agosto, eu faço 50 anos de luta, entrei na Agapan jovem, e não entrei na Fundação, mas, nesses 50 anos, eu vi muita coisa acontecer.

Como foi dito aqui, a questão ambiental ficou de domínio das crianças hoje. Eu diria que cem por cento da população jovem é ligada ao meio ambiente. Mas, na educação, falta uma outra coisa, que é a vivência; falta o contato com a natureza, que é transformador, falta seguir o lema da Agapan. O lema da Agapan, desde 1971, é: a vida sempre em primeiro lugar. Nunca distinguimos qualquer tipo de vida, porque a teia da vida, hoje se sabe – na época, pouco sabiam –, é interdependente; se um adoecer, todos adoecem; se um vive bem, todos vivem bem. Então, desde 1971, nós temos esta clareza: não adianta a humanidade tripudiar na natureza, porque ela adoecerá junto. Hoje, nós estamos doentes.

A maior doença que nós temos hoje na humanidade é a desconexão com a natureza. As crianças nascem e se criam em apartamento, têm medo de deitar na grama porque tem aranha ou formiga. E as crianças, para o desenvolvimento do próprio cérebro – a ciência demonstrou –, precisam de bactérias do solo até os quatro anos de idade, precisam mexer na terra para se desenvolver. Então vejam que crime nós estamos fazendo conosco. Nós criamos uma sociedade egoísta, solitária e deprimida. Quem mais está lucrando com isso é quem vende remédios de uso vitalício para depressão e outros males semelhantes.

Bom, sobre esses 50 anos de luta da Agapan, é importante dizer: nós somos pioneiros em nível internacional. Depois de nós, nasceu o Greenpeace, que é mais jovem que a Agapan; Amigos da Terra, Friends of the Earth, também mais jovens que a Agapan, e eles nasceram conservacionistas. Muita gente confunde; eu queria esclarecer aqui: a luta conservacionista já existe há séculos, inclusive no Brasil. O imperador criou a floresta da Tijuca para preservar a água do rio. Então a conservação da natureza, para aqueles que acreditavam que parque resolvia o problema, já existia. A Agapan é pioneira em nível internacional em discutir os valores humanos, a forma de

desenvolver, a forma de produzir, e não só o fim do tubo, como se diz, tratar os efluentes. Não é isso. Nós sempre discutimos que a humanidade precisava mudar os seus valores para poder voltar a ser feliz e ter plena saúde. É por isto que nós lutamos: pela saúde do sistema, pela saúde de todos.

Hoje, nós estamos vendo, com esta pandemia, que é fruto de desequilíbrio ambiental e de fragilidade das pessoas na saúde, que elas estão, além do desequilíbrio que gerou a pandemia, as pessoas que mais sofrem são aquelas que estão ambientalmente prejudicadas, intoxicadas, com o seu sistema imunológico deprimido, e aí sofrem muito mais com o vírus. Eu queria terminar dizendo que a Agapan doou para Porto Alegre sua vida, e são 50 anos de trabalho voluntário, nós não temos nenhuma pessoa remunerada. São 50 anos de amor à vida, e não temos uma sede, quando tínhamos uma provisória, foi demolida, por um deslize de órgãos da Prefeitura, somado a pessoas especuladoras. Então, vocês veem que nós temos que aprender a festejar as nossas coisas, porque nós temos aqui uma referência internacional, nós botamos o único Nobel brasileiro, Nobel alternativo, porque os Nobel são só de química, física, matemática, etc., mas o Nobel de meio ambiente, entregue ao José Lutzenberger pela luta da Agapan, porque ele ganhou o Nobel pela luta desenvolvida na Agapan. Nós temos o professor Flávio Lewgoy, gigante geneticista que introduziu em nível internacional a luta contra as dioxinas, os produtos tóxicos piores que existem, são produzidos, inclusive, na celulose, e a luta contra metais pesados, e outras questões profundas, mutagênicas, carcinogênicas. Então, os trabalhos do Lewgoy serviram de referência para muitas OGNs internacionais. E a Agapan tem essa alegria, tem muito orgulho de ter tido essa história, e nós estamos agradecidos à Câmara, e contamos com vocês para nós reconstruirmos a alegria e a saúde da nossa cidade que, sendo uma capital, é exemplo para todas as outras cidades. Já estivemos muito melhor, como foi dito, com a maior arborização de rua do Brasil; estamos cortando desenfreadamente, estamos destruindo o clima da cidade, a beleza, a ludicidade. Então nós vamos apontar para uma cidade de mineração, de carvão a céu aberto, ou nós vamos reconstruir uma cidade que é pioneira ambiental, no Brasil, o primeiro mestrado de ecologia, da UFRGS, aqui em Porto Alegre, e assim vai. Eu poderia passar horas dizendo o que a luta levou e construiu. Nós podemos manter e fazer desta Cidade de Porto Alegre referência em salários bons e empregos sustentáveis no futuro, e não mineração de carvão, de costas para a história, porque isso o mundo inteiro está abandonando, nós não merecemos prejudicar a saúde da nossa população, nós temos excesso de energia. Concluo e agradeço mais uma vez com o nosso lema: a vida sempre em primeiro lugar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, presidente. A Sra. Daniela Colussi, presidente da Associação Cristã de Moços – ACM, está com a palavra.

SRA. DANIELA COLUSSI: Obrigada. Primeiramente, peço escusas por não estar presente hoje, por motivo de uma viagem, por isso estou fazendo contato de forma remota. Estou desejando uma boa tarde a todos; na pessoa do Presidente Márcio Bins Ely, agradeço o espaço aberto mais uma vez à ACM Rio Grande do Sul - Associação Cristã de Moços -, que sempre teve uma parceria e foi muito bem acolhida pela Casa Legislativa Municipal de Porto Alegre. Agradeço ao senhor e a todos os vereadores, em especial às vereadoras presentes, mães, que estão hoje nesta sessão, acompanhando, então, agradeço muito. Só contextualizando, como foi dito, a ACM relacionada ao Dia das Mães é uma comemoração e homenagem mundial. A ACM está presente em 120 países e tem como lema a promoção do aperfeiçoamento espiritual, moral, físico e social. A ACM, este ano, no Rio Grande do Sul, comemora 120 anos, no dia 26 de novembro, com muito orgulho, e, se for possível, queremos fazer uma homenagem nesta Casa aos 120 anos da ACM. A relação da ACM com o Dia das Mães, a ACM surgiu no Brasil pelo nosso então secretário-geral na época, Frank Long, e, desde 12 de maio de 1918, o primeiro lugar a comemorar foi Porto Alegre e por iniciativa dele por ter trazido a data para o Brasil, pois era comemorada anteriormente nos Estados Unidos, o que nos orgulha muito. Foi muito bonita esta homenagem, vereador, que o senhor fez no início, a história foi muito linda, emocionante. Parabéns. A ACM tem uma participação muito importante. Todos os anos, antes da pandemia, nós fazíamos a nossa missa na Catedral Metropolitana de Porto Alegre, a missa alusiva à homenagem ao Dia das Mães, sempre voltada ao momento ecumênico, muito bonito. Se Deus quiser, após passar essa pandemia, nós vamos retomar esse momento. Então, Presidente, queria reforçar, eu agradeço à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, na sua pessoa, em ceder este espaço mais uma vez, esta homenagem que há muitos anos é feita pela ACM nesta Casa Legislativa ao homenagear o Dia das Mães. O Dia das Mães é todos os dias, mas que bom que a gente tem aqui na Câmara este momento especial. Agradeço aos vereadores que se manifestaram, ao Pedro Ruas, que já foi aluno da ACM, participou de atividades na ACM. E faço um convite a todos que quiserem frequentar a Associação, são todos bem-vindos, com muita felicidade.

Eu queria apresentar um vídeo sobre as nossas colaboradoras que vão ser homenageadas neste Dia das Mães, das mais diversas unidades, temos o Cemitério Ecumênico João XXIII, Canela, projetos sociais no Morro Santana, Cruzeiro e Restinga, Centro, Colégio ACM, Rua da Praia, entre outras. É uma homenagem a todas as nossas colaboradoras das mais diversas unidades.

Presidente, enquanto se prepara a apresentação, eu gostaria de agradecer aos representantes da ACM que estão presentes, a nossa 2ª vice-presidente, Bernadete Maria Franco Cunha; a nossa diretora e membro do Conselho Diretor e coordenadora da comissão de eventos da ACM, Maria Inês Schultz; e ao nosso secretário-geral da ACM, José Ricardo Calza Caporal; agradeço a eles por estarem presentes hoje, enaltecendo este momento e acompanhando o evento na Câmara de Vereadores.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, presidente. Vamos passar os *slides* em homenagem ao Dia das Mães, produzido pela ACM. (Pausa.)

Pedimos desculpas, mas não foi possível a apresentação dos *slides*. Numa próxima oportunidade, a gente disponibiliza para os vereadores a transmissão. Agradecemos, sobremaneira, à presidente da ACM, Daniela Colussi.

SRA. DANIELA COLUSSI: Muito obrigada, Presidente, eu agradeço mais uma vez em nome da ACM, Associação Cristã de Moços, por ter nos dado esta oportunidade de homenagear todas as mães, em especial as nossas funcionárias. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradecemos a presença do Sr. Francisco Milanez, presidente da Agapan; e da Sra. Daniela Colussi, presidente da ACM. Convido a todos para fazermos um registro fotográfico.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h19min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h23min: Estão reabertos os trabalhos. Gostaria de registrar a presença do Sr. Paulo Marques, diretor-geral do DMLU. Seja bem-vindo.

Vereadora Comandante Nádia (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da mãe do nosso vice-prefeito, Ricardo Gomes, dona Beatriz Santos Gomes, advogada, que faleceu no dia de ontem e hoje foi cremada. Obrigada.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Dr. Dirceu Colla, ocorrido no sábado, dia 8 de maio, 52 anos exercendo a profissão de médico clínico-geral e 23 anos como médico do Grêmio Foot-Ball Porto Alegre. Então, fica aqui a nossa homenagem a esse homem que tanto se doou à saúde do nosso Estado. Obrigada.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, eu quero reforçar o que a Ver.^a Cláudia disse. O Dr. Colla foi um homem sensacional, um grande médico, amigo de todos os atletas da minha geração, conseqüentemente uma grande perda para a medicina e para o esporte gaúcho.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Araldo Xavier Ulguim, falecido no último sábado, fundador do Lar Emanuel, na Igreja Batista Independente Emanuel.

Vereador Matheus Gomes (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do grande músico Sr. Luis Vagner “Guitarreiro”, que nos deixou no domingo das Mães. Músico que foi fundamental para a constituição do samba-rock, um gênero muito importante na cultura da nossa cidade, e nos deixou ontem, infelizmente, aos 73 anos. A minha solidariedade a toda sua família e aos fãs.

Vereador Pablo Melo (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do nosso querido amigo, corretor, Sr. Arthur Bertuzzi.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, quero me associar ao pedido da Ver.^a Comandante Nádia e dizer que conheci, convivi e fui muito amigo da Dra. Beatriz Santos Gomes. Não sabia do seu falecimento. Fiquei muito chateado e muito triste e me associo à homenagem. Eu conheci a Dra. Beatriz e nem sabia que era mãe do Ver. Ricardo Gomes. Fiquei sabendo no dia da posse, no dia 1º, que era mãe do vice-prefeito. Lamento muito a perda da Dra. Beatriz Gomes. Obrigado, Presidente.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da mãe de um assessor enquanto eu estava em Viamão, a Sra. Clenir Machado, mãe do Vladimir Machado Martins, em meu tempo de vereador no município de Viamão, e que teve a sua passagem no dia de ontem e o seu velório no dia de hoje.

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. José Ferreira, trabalhador do DMAE, aposentado, que nos deixou também, morto por Covid, neste último período. Prestou um longo serviço à população de Porto Alegre no saneamento, no tratamento de água. Deixa lembranças, foi também um grande lutador junto ao Sindicato dos Municipários de Porto Alegre.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, nós aprovamos, no dia 17 de março de 2021, um requerimento de convite para a vinda do secretário municipal da saúde aqui na Casa para falar sobre a vacinação. Naquela ocasião, já estava vindo

uma parte das vacinas; obviamente que agora... Embora já bastante avançado, mas há alguns probleminhas em função de ainda não ter vindo a segunda dose de algumas vacinas. Eu estava conversando com o líder do governo, o Ver. Idenir Cecchim, eu creio que esse documento não foi para o secretário, senão teria tido algum retorno. Acho que é muito oportuno o secretário vir, porque é em forma de convite, há uma informação muito maior do governo, da secretaria, do que um debate proficuamente, mas acho que é importante uma vez que foi aprovado o requerimento. Portanto, eu queria registrar aqui o pedido. Esse requerimento aprovado no plenário é da Ver.^a Laura Sito, nossa colega que está em licença-maternidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vamos reiterar o convite.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, até em homenagem ao Dia das Mães, a Ver.^a Laura é mãe pela primeira vez nesse dia. Então, em homenagem a ela, eu quero dizer ao Ver. Oliboni que me comunicarei com o nosso secretário Sparta ainda hoje, e o convite está aceito para ele vir até aqui, na Câmara de Vereadores.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Dando sequência aos trabalhos, teríamos o comparecimento do presidente da EPTC, mas tendo em vista as homenagens, ele não pode ficar, está transferido para a próxima segunda-feira.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em primeiro lugar, quero dar um boa-tarde a todos, principalmente ao Presidente e a todos os demais colegas, a todos que nos assistem pela TVCâmara e dizer que eu, na Mesa Diretora, fui um dos que votaram favoravelmente para que a Câmara pudesse voltar aos seus trabalhos semipresenciais. Não estou presente em função de que tive que fazer uma cirurgia de emergência, tirando a minha vesícula – era para ter saído ontem do hospital, saí hoje. Então, estou me recuperando da cirurgia, foi uma cirurgia de três horas – então, a semana passada foi uma semana bem difícil. Quero agradecer a todos os profissionais da PUCRS pelo bom atendimento e tudo. Com relação a isso, falei com vários profissionais que comentaram comigo a questão inclusive do PLL nº 090/21, Processo nº 00266/21, trazido na semana passada e que foi tema de bastante discussões. E até porque os profissionais de saúde entendem, eu creio que é um direito deles, que a política não pode, não tem o direito de estar dizendo o que médico pode ou não pode receitar. Eu, por exemplo, na minha casa, cinco pessoas pegaram a Covid-19, nós tomamos o *kit* e todos passamos muito bem com relação a isso. Então, não é questão de que cura ou não cura, acho que os profissionais de saúde têm o direito, juntamente com o seu paciente, de dizer aquilo que é bom e

aquilo que não é, até porque cada paciente tem uma reação. É muito interessante que eu observo que o Brasil é um País de muitos técnicos em futebol; agora, na pandemia, todo mundo virou médico. Todo mundo entende de saúde, todo mundo dá opinião sobre saúde, todo mundo quer dizer o que pode, o que não pode, principalmente, na política. Eu vi que, por exemplo, um profissional de saúde falou para mim: “É melhor que vocês, políticos, não nos atrapalhem. Se não podem nos ajudar, pelo menos não nos atrapalhem, nos deixem trabalhar”. Então quero dizer, já na minha fala, que eu encaminho favoravelmente o meu voto a esse projeto, totalmente favorável à autonomia dos profissionais de saúde, a tomarem, em conjunto com o paciente, uma melhor solução. E a política realmente tem que ajudar e não atrapalhar nenhum setor da sociedade. Nossa função aqui, entendo eu como parlamentar, é ser um facilitador do trabalho das pessoas e não um objeto, muitas vezes, de trava da sociedade. Também quero aqui lamentar a tragédia na creche na cidade de Saudades, Santa Catarina, que mostra o desequilíbrio muitas vezes até covarde do ser humano, sempre agindo... Me chama muita atenção que é sempre agindo contra os indefesos, então, a gente não vê, por exemplo, esse tipo de ação, pessoas desequilibradas agirem contra um traficante, sempre contra os indefesos. Então, lamento a tragédia, um momento difícil.

Aproveito também para parabenizar todas as mães, ontem foi o Dia das Mães, primeiro ano que eu não tenho a minha mãe comigo e parabenizo todas as mães da Câmara, mães que são profissionais, vereadoras, aquelas que trabalham como CCs, aquelas que são funcionárias da Casa, que Deus realmente possa abençoar.

E quero também aproveitar, brevemente o meu tempo para compartilhar com os colegas que no dia 5 de maio, após ter sido procurado por alguns empresários do setor de hotelaria, gastronomia e eventos, propus indicação ao Poder Executivo de um projeto de lei que isente esses setores, ainda que de forma parcial, durante o ano de 2021, do pagamento do ISS e IPTU. Nós sabemos que mais de 70% de empresas do setor de hotelaria e alimentação que ainda permanecem em atividade demitiram funcionários, representando uma redução de mais de 40% do quadro funcional. A estimativa é que as demissões sigam acontecendo em mais de 15% das empresas. Por fim, de acordo com o último levantamento, feito pelo Sebrae, percebeu-se que a pandemia afetou 98% do setor de eventos. Em face a tudo isso, apresento a indicação ao Poder Executivo, para a qual peço o apoio dos nobres colegas. Apenas para citar um exemplo, eu estava, há alguns meses, numa sinaleira, quando um jovem que estava lá pedindo me reconheceu e comentava comigo que trabalhava num restaurante de seis funcionários; com o fechamento, em função da pandemia, os seis foram demitidos, e o casal de donos do restaurante também foi demitido. Eu estou aqui na sinaleira pedindo pelo menos para levar comida para a minha família. Sabemos que o momento é difícil e por isso eu trago aqui essa Indicação nº 075/21, que está no SEI pelo nº 145.00027/2021-81. Boa tarde a todos, bom trabalho para nós durante a semana e que Deus abençoe a cada um presente na nossa Câmara Municipal de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Comandante Nádia reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Ver.^a Comandante Nádia, que está presidindo esta sessão; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, queria me dirigir às 11 vereadoras da Casa. Nós nunca tivemos tantas mães vereadoras aqui nesta Casa. Eu acho que isso não é só festejar, tem que reverenciar isso, termos tantas mães vereadoras, tantas mulheres valorosas que o povo de Porto Alegre escolheu. O Ver. Jonas, que sempre diz povo de Porto Alegre, o povo de Porto Alegre elegeu 11 vereadoras. Não é de graça, eu acho que se reconhece o trabalho, a dedicação dessas guerreiras, essas mães que não cuidam só dos seus filhos, elas cuidam da sua casa, elas cuidam do marido, elas cuidam de nós todos. As mães são mães que precisam ser reverenciadas todos os dias, mas hoje especialmente eu quero fazer essa reverência às nossas mães da Casa, mães vereadoras da Câmara de Porto Alegre.

Nós estamos vivendo um momento complicado, nós temos muitos embates aqui por opiniões diferentes, mas eu acredito que nenhuma é de má-fé. Às vezes, algumas frases com efeito que parecem provocação; outras vezes, parecem ser respostas ríspidas, mas aqui é o lugar de se falar - o Parlamento. *Parlare*, não é, Oliboni, lá em Sananduva, nós dizemos, *parlare* - aqui também se fala muito. O Ver. Leonel que é mais *deutsch* do que italiano, mas também parla. Às vezes, parece que ele está querendo brigar, mas é o jeito de cada um de nós, é o jeito de cada um de nós. O que nós nunca podemos perder aqui é o respeito de um com o outro. Nós não podemos aqui menosprezar um vereador. Eu sempre digo para quem: “Ah, mas esses vereadores...” Eu digo que ele é vereador de Porto Alegre, tem que respeitar. Quem bota a cara na rua para pedir voto merece o respeito de todos nós e também da população. Nós fizemos campanha com as nossas propostas. Para alguns, parecem absurdas as propostas; para outros, propostas lógicas. Mas são propostas, eu diria que todas as vezes são propostas de boa-fé. E isso nós temos que exaltar.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre colega, Ver. Cecchim, eu estava lembrando a vinda aqui do seu amigo, correligionário, Giovanni Feltes, foi deputado. A época que eu fui deputado foi no governo Tarso Genro – ele era deputado estadual. E eu me recordo muito bem que o debate, o respeito da tribuna é daquele orador, daquele vereador, daquele deputado. Pode até se exaltar, porque alguns assuntos às vezes extrapolam até sua própria vontade, mas descendo dali, nós somos todos iguais aqui. Nós temos um mandato eleito pelo povo, temos que nos respeitar. E é por isso que às vezes as iniciativas de cada vereador não são só dele, mas de quem demandou. Então, o Parlamento, falar como V. Exa. diz, faz parte da vida, do cotidiano do parlamentar que não tem a prerrogativa do Executivo, manda executar ou sanciona a lei e tal. Então, acho muito importante o que o senhor está falando, porque para quem está chegando no

Parlamento, não tem essa larga experiência, “ah, os caras estão brigando”; não, não estão brigando. É o momento de debate, momento acalorado, mas de profundo respeito pela sua opinião na medida em que ele eleito foi também com aquela opinião na comunidade. Então, acho que isso constrói a vida do Parlamento, senão ficaria, eu acho, muito estranho, não ter opinião própria, ficar em cima do muro. E aqui não tem espaço para ficar em cima do muro. Um abraço.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Oliboni. Eu acho que isso faz parte do dia a dia, do nosso dia a dia. Eu vejo com alegria que nós temos a opção de ter a nossa sessão virtual, mas vejo com muita alegria que nós estamos na maioria aqui no plenário. Essa é a nossa vida! A tribuna é um lugar sagrado para expor as ideias, para pedir, exigir e aplaudir as iniciativas. Eu, sinceramente neste dia, em Grande Expediente, Ver.^a Reginete, V. Exa. que é de uma região de gringos, italianos, olha que beleza ter uma negra de Marau aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre; uma negra que venceu, pela sua qualidade e pelo seu trabalho, assim como tantas mulheres. Eu já contei quase para todo mundo, mas vou contar na tribuna: quando a minha mãe ficou doente, eu era pequenininho, por dois meses eu mamei na teta de uma negra querida, maravilhosa, tia Dica, que vive até hoje. Ela e minha mãe são amigas desde aquela época até hoje. As duas têm 87 anos e continuam amigas. O Toninho, com quem eu reparti o leite, é um negrão de dois metros, um negro fantástico, meu amigo também, e ele sempre me diz: “tu me tomaste o leite”. Sim, mas tu estás com dois metros e estou com um 1 metro e 70 centímetros. Então, foi bem repartido. E é dever de todos nós repartirmos o pão. Isso é ser cristão. Mas repartir o leite materno é algo muito nobre, e eu sou tão devedor, que eu rezo para ela sempre. Quando eu faço uma prece para a minha mãe, eu lembro dela, pois, na fase que eu precisei, eu tomei o leite de uma negra querida. Digo isso para colocar que todos nós temos que ter gratidão, respeito e devoção pelas mães e pelas mulheres.

Ver.^a Mônica, a senhora teve um pai que foi personagem da cidade, do exército, mas em casa tinha uma mãe cuidando dos filhos; hoje todos advogados famosos e uma vereadora famosa também que tinham a mãe, com um pulso firme, corajosa, cuidando da prole.

Não vou me estender mais, porque acho que hoje é o dia de homenagear vocês, mulheres e mães. Eu me curvo a vocês. Estou velhinho, mas eu me curvo porque vocês merecem e são dignas de todas as homenagens e de todo reconhecimento. Muito obrigado. (Palmas).

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, colegas, público presente e que nos acompanha, eu saúdo o Ver. Cecchim pela fala em Grande Expediente e aproveito esse momento, vereador, porque o senhor trouxe algo que para nós, mulheres negras, é muito importante, que é justamente a construção dessa sociedade com o nosso leite, mas também com o nosso sangue.

Eu também aproveito esse espaço para fazer uma saudação muito especial a todas as mulheres negras, a todas as mães. Aqui vejo a Reginete, que é uma grande inspiração, uma figura que eu admiro muito, enquanto mulher, negra, mãe; em teu nome, Reginete, estendo essa saudação a todas, só que, de uma forma muito dura, quando a gente fala sobre essa construção da sociedade, em que as mulheres negras têm essa participação ativa, em que as mulheres negras colocaram, sim, o leite à disposição, Ver. Cecchim, e construíram isso com muito suor, mas também com muita dor... Faço essa ligação diretamente com a tragédia que aconteceu, nessa última semana, na favela Jacarezinho, no Rio de Janeiro, uma favela com o maior número de negros, em que muitas mães, nesse Dia das Mães, choraram a perda de seus filhos; choraram a ausência por conta da violência, essa mesma violência que todos os dias a gente vê, diante dos corpos negros, muitas mulheres chorando a morte de seus filhos. E, ao mesmo tempo, a gente só contabiliza e acaba fazendo uma certa romantização de tudo isso. A gente precisar falar sobre essa dor, a gente precisa falar sobre isso, numa perspectiva de evidenciar que nós temos um problema, qual seja, o genocídio de uma população negra, como também temos um problema muito grave, que são essas mulheres negras que sofrem cotidianamente uma violência de Estado, que não as olha com todo respeito e a responsabilidade que deve. Então, aproveito este momento justamente para evidenciar isso, pois se trata de um respeito à minha mãe, à minha família, a todas mulheres, mulheres negras de comunidade, que estão aí fazendo um enfrentamento cotidiano das desigualdades, da violência, de toda essa dor, e não são vistas como tais, guerreiras que são; essa sociedade que nos oprime, que nos coloca numa condição de extremo desfavorecimento sempre, porque parece que todas as possibilidades que nós temos de ascensão são retiradas com a mão mais perversa e violenta de um sistema bruto, perverso, genocida. Quando a gente fala de desigualdade, de miséria, de dor, que desfavorecimento, tem cor e tem um local bem específico, nós estamos falando de mulheres da comunidade que sofrem e sofrem muito com isso.

O Brasil foi construído com essas mães, com essas amas de leite, que, muito generosamente, se doaram, porém não são reconhecidas como tal. Isso é uma parte importante dessa história que a gente tem que falar sempre, levando em consideração que isso não pode ser romantizado. Isso foi feito, não porque elas estavam ali disponíveis, foi feito de uma forma violenta, retirando, inclusive, a humanidade de todas nós. Fica aqui o meu respeito a todas essas mulheres. Novamente, cito a minha mãe, a minha avó, todas essas mulheres que me trouxeram até aqui, porque se a gente não valoriza a nossa ancestralidade, se a gente não sabe de onde veio, a gente sabe muito menos para onde a gente vai. Eu sei muito bem de onde eu vim e é a elas que eu dedico esse momento aqui. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Basicamente, eu fiz minhas colocações no período anterior, mas eu quero me somar à fala do Ver. Cecchim. Também gostei muito da intervenção do Ver. Oliboni – o Ver. Pedro Ruas tem falado muito sobre essa questão que acho bastante importante acerca do respeito entre colegas que existe, evidentemente, até sobre a questão de projetos, inclusive eu falei na nossa reunião de Mesa, que, quando vai ter um confronto de duas equipes que são rivais e os seus diretores começam a ir para a imprensa e se agredirem, isso vai para dentro do campo e acaba que alguns jogadores são expulsos. Quando o campo está tumultuado, isso vai para as arquibancadas, das arquibancadas para as ruas. Então, é muito importante que, sempre, dentro do nosso Parlamento, que é um Parlamento de respeito, de troca de ideias, em que se apresentam projetos, até com ideias totalmente divergentes, mas que haja respeito mútuo. Como disse o Ver. Oliboni, nós todos somos seres humanos, somos pessoas, que temos os nossos pensamentos, as nossas ideias, bem como as nossas divergências, mas é muito importante que isso não passe para as ruas, essa questão que temos visto muitas vezes, de palavras mais agressivas.

Então, quero aqui deixar a minha palavra de contribuição, no sentido de apoiar essa fala do Ver. Idenir Cecchim, já encerrando, para que a gente possa ir para a votação. Obrigado e uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.).

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Idenir Cecchim.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, senhoras vereadoras, senhores vereadores, meu colega de bancada, Ver. Idenir Cecchim, fez a sua fala homenageando as mulheres, e eu faço a continuação dessa fala, homenageando as 11 vereadoras que chegaram a este mandato, algo que foi uma grande exceção, já que Porto Alegre é a cidade que mais tem vereadoras no País. Foi uma grande conquista e multiplicou partidos, ideologias nesta legislatura. Mas eu também quero me dirigir a todas as mães. Como procuradora especial da mulher, não poderia deixar de falar sobre o combate à violência contra as mulheres, contra essas mães, que, muitas vezes, chegam numa delegacia de madrugada, escoraçadas por maus tratos, fazendo com que seja necessário elas saírem de casa. Muitas vezes elas ficam lá por horas, porque, infelizmente, as políticas públicas não estão muito ampliadas, mas nós estamos fazendo a nossa parte dentro de um órgão voluntário desta Câmara Municipal, utilizando a nossa assessoria de gabinete, porque ele é muito incipiente ainda; estamos esperando atualizar o conselho político com novos membros, devido à mudança na diretoria da Casa, e contamos com o Presidente para ampliar o conselho público, para deixar organizado para a nova procuradora que vai assumir no 2º semestre, que é a Ver.^a Cláudia, fazendo

com que a gente complemente o período de um ano para cada uma. Para nós, foi uma grande satisfação, aprendemos muito, nos aproximamos muito daquilo que é possível e daquilo que existe para defesa das mulheres. E, no dia das mães, além de homenagear essas mães, quero lembrar a todos aqueles que, hoje, por algum comportamento excessivo, criminoso, comete maus-tratos às mulheres; hoje temos a oportunidade de registrar esses percentuais, no sentido de ter uma base se atuar em números – antigamente não se tinha isso, mas hoje avançamos muito. Ainda tratamos de humanos, humanos desequilibrados, seja por algum vício, por alguma questão social, enfim, temos que nos preocupar, sim. Os casos que chegam são muito tristes e ainda temos que lidar com muitos óbitos de vítimas de feminicídio.

Também reconhecemos a importância das redes sociais, onde as pessoas colocam fotos com as suas mães, demonstrando todo o seu amor, fazendo com que se apazigue tanta violência, ao lembrar daquela que nos trouxe ao mundo. Assim, nós deixamos bons exemplos para os mais jovens, para essa nova geração, para que possam contemplar a sua família, as suas mães. E é uma data que emociona aqueles que já não têm mais presente as suas mães, bem como aqueles que, mesmo durante a pandemia, mesmo com distanciamento, conseguem conviver no Dia das Mães com essas pessoas maravilhosas, com essas pessoas as quais nós temos toda uma dívida de gratidão por terem nos trazido ao mundo. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Venho a esta tribuna, Presidente, para dialogar sobre o nosso tempo histórico. Nós vivemos uma crise sem precedentes, uma crise colocada nas costas do povo. É o trabalhador, a trabalhadora que está pagando a conta, porque os poderosos só querem enriquecer; os poderosos foram lá e votaram a PEC nº 95, que congelou os investimentos em saúde e agora estamos vivendo essa pandemia, com o SUS, em frangalhos, tendo que fazer um movimento, uma ginástica para garantir leitos, profissionais, que vidas sejam salvas. E quem está lidando com o SUS? É o trabalhador da saúde, que está mal remunerado, arrochado. Só aqui em Porto Alegre, são cinco anos de arrocho salarial, seja a técnica de enfermagem, que é mãe, seja a enfermeira, que é mãe, seja a médica, que é mãe. Claro, a gente comemora o Dia das Mães, no dia de ontem, mas a gente fica triste porque milhares de mães, servidoras públicas, sofrem drasticamente, a mão pesada do capital. E aí eu vejo, que, no dia de hoje, tem uma Moção contra o Sindicato dos Municipários, composto, por sua maioria, por mulheres; são professoras, monitoras, garis, servidoras da assistência, majoritariamente. Tem também no DMAE, no DMLU, na Fazenda, no Planejamento, em todos os setores têm mulheres. Aí a gente vê que esse fardo do tempo histórico, ele é mais pesado para as mulheres. Por isso é dever de todos os homens também pensar a condição da trabalhadora e buscar edificar um futuro diferente deste que está colocado.

Nós temos que lutar contra aquela PEC maldita que ainda assola o orçamento da União, que não deixa investir mais em educação, mais em saúde, mais em assistência. Nós queremos voltar 50 anos, quando os políticos levavam cestas básicas e trocavam por votos? Nós não podemos voltar a esse tempo histórico. Por isso nós precisamos que o estado esteja presente na vida diária de todas e todos, e não há estado presente na vida do cidadão, se não houver políticas públicas sendo implementadas por pessoas. Computadores não fazem políticas públicas, celulares não fazem, *softwares* não fazem, algoritmos de bancos não fazem, quem faz são pessoas de carne e osso. E essas têm os seus direitos violentados, os direitos são arrancados dos trabalhadores, por isso a importância dos sindicatos, por isso a importância, aqui em Porto Alegre, do Simpa, o sindicato das municipais, dos municipais, que discute e debate, Ver.^a Reginete, a boa condução das políticas no Município. Se não são os professores nas escolas, não há aula presencial ou remota. Se não são as assistentes sociais, não há como fazer a triagem lá na assistência, aquele que está mais atacado pela crise social, porque não há recursos para todos. Se não é a médica, a enfermeira, o que seria daquele que sofre um acidente e chega no HPS? Acho que quase todos já fomos atendidos no HPS em algum momento da nossa vida. É um hospital importantíssimo e hoje está sucateado, está com falta de RH. A presidente, inclusive, já pediu para o secretário da Saúde; com certeza, eu acho que ele já está pedindo para o prefeito, mas, até agora, não teve nomeações. Nós tínhamos muito mais RH na Prefeitura – foi sendo reduzido, reduzido, e isso é um problema. O sindicato, alguns dizem, luta só por aumento. Não, ele luta também para que a política continue, ele existe para isto, para que o cidadão também tenha, na sua mão, a educação, a saúde, a assistência, o saneamento. Vida longa ao Simpa, vida longa àquela razão, a razão social, não só à razão dos lobos, à razão de uma alcateia esfomeada, que é a alcateia dos poderosos. Eu quero a razão do cidadão, a razão do povo de Porto Alegre. Todos somos cidadãos de Porto Alegre, todos temos que lutar para que esta cidade melhore. Encerro a minha participação dizendo: vida longa, principalmente, às trabalhadoras e aos trabalhadores unidos em seus sindicatos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Kaká D'Ávila está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR KAKÁ D'ÁVILA (PSDB): Boa tarde a todos, todos os colegas, todos os que trabalham nesta Casa, todos os que nos assistem através da TVCâmara; quero deixar registrado o meu feliz Dia das Mães atrasado, mas de coração. Em tempo vai o meu feliz Dia das Mães, essas mães batalhadoras, guerreiras, que, muitas vezes, fazem o papel de pai e mãe, assim como eu fui criado pela minha mãe. Meu pai me abandonou, e eu tive uma “pãe”, como eu chamo, pai e mãe ao mesmo tempo. Fica aqui a minha homenagem às nossas vereadoras que são mães, às funcionárias desta Casa e a todas que nos assistem, um feliz Dia das Mães. Meus

sentimentos a todos os filhos que perderam as suas mães, e a todas as mães que perderam os seus filhos, fruto também de uma política, que eu diria, desastrosa. Eu poderia citar qualquer outro termo chulo, e seria apropriado para o momento, mas eu vou deixar como desastrosa, desastrosa a política que nós vivemos hoje. Temos um vírus, temos vacina, mas ainda não temos vacina para todos. Então, eu diria que é uma política bastante desastrosa. São vidas, não são simplesmente CPFs, são vidas que têm famílias, filhos, têm toda uma história, são vidas. Se nós tivéssemos tratado o primeiro caso de Covid no Brasil, se nós tivéssemos levado a sério, muitas vidas teriam sido poupadas. Se nós não tivéssemos levado apenas como uma estatística, e sim como uma tragédia, muitas vidas teriam sido poupadas. Eu luto sim pela economia financeira, eu só não luto é pela economia de vacinas, e acho que ninguém deve lutar por isso. Eu acho que é preciso que haja mais respeito por essas vidas, respeito pela espécie humana. Eu costumo dizer que gestores, eles lidam com estatísticas; o líder, ele lida como uma tragédia diante de uma morte. Não nos faltam gestores, nos faltam líderes. Uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, membros desta Casa; queria, primeiramente, agradecer ao Presidente que adiou, na semana passada, a homenagem para as mães, em função do luto em que nós estávamos, eu e a minha família, pela perda da nossa mãe, ontem fez dez dias. Nós a perdemos num dia em que, provavelmente, estariam todos os filhos, noras, netos e bisnetos reunidos com ela. Que Deus a receba no descanso eterno, e que todos os filhos tenham o privilégio de curtir as suas mães, de aproveitar as suas mães. Nesta segunda-feira – eu acredito muito nas questões do mundo espiritual – acho que a minha mãe olhou para baixo, quando, repentinamente, eu perdi o meu rumo de vir para o Centro de Porto Alegre e vim pela Av. Ipiranga, coisa que eu nunca faço. Aí, não sabia o que estava fazendo, entrei na PUC para tomar vacina. Era do outro lado, dei a volta, fui lá e tomei a vacina. Cinquenta e cinco anos, com obesidade. A moça ainda queria um documento. Eu disse: vou descer do carro. Não precisa! Nem sabia que eu era vereador, e disse que não precisava. Tomei a vacina.

Depois, tive uma reunião na Prefeitura de Porto Alegre, em que o prefeito Sebastião Melo colocou o secretário da Saúde, o secretário de Educação, o secretário de Assistência Social e a presidente da FASC. O prefeito Sebastião Melo criou um grupo de trabalho, estavam lá também o secretário de Administração, André Barbosa, e a secretária de pessoas com deficiência. Será realizada em Porto Alegre, através de todas essas secretarias, uma lei que nós aprovamos nesta Casa, que é um censo dos autistas. Então nós iremos, de fato, saber quantos autistas tem na cidade de Porto Alegre. Também deliberou que esse grupo de trabalho já começasse a estudar a criação de um

centro de referência do autismo na cidade de Porto Alegre. O secretário André Barbosa já está vendo um prédio na Rua dos Andradas, para implementar esse centro, onde nós pretendemos dar um pouco de conforto para essas mães que têm filhos autistas, onde nós pretendemos ter políticas públicas para essas crianças, adolescentes, jovens e adultos que sofrem com o espectro autista. Lá se discutiu muito, se debateu muito. O prefeito criou esse grupo de trabalho, que irá se basear em centros de referência não somente no Rio Grande do Sul, no Brasil, mas até usando alguns exemplos de fora como modelo de centro de referência para tratar esse espectro. Somente na educação, 23% dos alunos da rede pública sofrem do espectro do autismo. A assistente social tem um número semelhante de 20% de pessoas que estão à procura de auxílio. É um programa, um projeto de estado que se inicia agora, na cidade de Porto Alegre, de acolhimento a essas crianças com autismo, de acolhimento a esses jovens com autismo, a esses adultos com autismo e, principalmente, às mães que têm um filho com autismo – essas mães que provam o que é ser uma mãe. A maioria dos pais, vereadores aqui presentes, abandonam o lar. A maioria dos pais, quando têm o diagnóstico de autismo em seus filhos, abandonam a família, deixando essa mãe que, muitas vezes, vive somente com o auxílio do governo, cuidando do filho que, muitas vezes, precisa até de fralda; muitas vezes, precisa até de mamadeira em função da complexidade de seu espectro. Então a Prefeitura cria esse plano, que inicia agora com o prefeito Melo. Ele deu prazo para os seus secretários para as coisas avançarem, entregando para a população de Porto Alegre uma reivindicação que iniciou nesta Casa há três anos e meio, através da Frente Parlamentar do Autista, que fez o projeto de lei que cria o centro de referência do autista, bem como o censo do autista também. Esta Casa tem sido uma vanguarda em políticas para as crianças, jovens, adolescentes e adultos autistas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde, Presidente, a todas e todos os presentes nesta sessão, aos que nos acompanham pela TVCâmara e nas redes sociais; eu quero lembrar que, nesta semana, o nosso País vivencia uma data muito importante para a sua história, que são os 133 anos da abolição da escravidão. Foi um período histórico que não deixou apenas alguns resquícios na nossa sociedade, mas organizou a desigualdade, fez do racismo um elemento estruturante de quem alcança o poder político, fez do racismo um elemento organizador da violência e das oportunidades no nosso País. É por isso que, nas periferias de Porto Alegre e de todo o País, nunca teve estado democrático de direito, nunca teve igualdade de oportunidades. Isso nós vimos, na semana passada, com a tragédia, com a chacina que aconteceu na comunidade de Jacarezinho, na capital do Rio de Janeiro, uma chacina que foi feita, teoricamente, em nome do futuro das crianças, mas não em nome das nossas crianças,

das crianças negras e de comunidade. O Brasil, neste momento, vive a tragédia da fome, da Covid, do desemprego, e tem gente que acha que vai resolver essa conjunção de problemas só na ponta do fuzil. Marielle disse, alguns anos atrás, que a periferia não poderia ser resumida a três palavras. Na época, ela falava sobre a desastrosa política das UPPs. Hoje nós estamos aqui para repetir, mais uma vez, que as nossas comunidades precisam, neste momento, de vacinação, de educação, de assistência social, de acesso ao trabalho, renda, e não desse tipo de política travestida de operação, desrespeitando uma decisão do STF, que proíbe essas ações na comunidade, em meio à pandemia, e que, para as nossas crianças, gera mais trauma, gera mais medo, gera mais relação com a violência. É um círculo vicioso que se repete no Brasil com uma política, nas últimas décadas, que não faz diminuir a violência urbana, bem pelo contrário, e coloca a população negra de comunidade entre a violência policial e a violência do tráfico. Nós não aguentamos mais viver essa situação. Enquanto houver racismo, não vai haver democracia, diz o manifesto da Coalizão Negra por Direitos, do qual eu sou signatário. Neste momento, nós precisamos fazer uma reflexão sobre esses aspectos, para construir uma saída política, no nosso País, para a crise que nós vivemos.

Essa questão tem tudo a ver também com a cidade de Porto Alegre, tem tudo a ver. A nossa capital, de acordo com o IBGE, é a mais segregada racialmente em todo o Brasil. Quando nós estamos falando disso, se remete a dados concretos sobre o acesso da população negra à saúde, educação, trabalho, moradia. Aliás, nós também somos a capital brasileira da segregação territorial, onde 50% da população negra vive em apenas 6 dos 94 bairros da cidade de Porto Alegre, e, casualmente, são esses os bairros que registram os maiores índices de violência na cidade, de homicídios. Eu estou falando da Cohab Rubem Berta, estou falando da Restinga, da Cruzeiro, lá no Santa Teresa; do Mário Quintana e de outras comunidades da nossa cidade que são estigmatizadas como um todo pela violência. Isso é uma situação que tem que acabar, até porque a violência racista também se espalha através da política do ódio, também se espalha. Algumas semanas atrás, nós vimos, no Parcão, uma manifestação que fazia referência a Ku Klux Klan, uma seita segregacionista criada nos Estados Unidos, que foi referenciada por alguns manifestantes para encenar, com um boneco preto, imagens de um linchamento. Esse tipo de coisa, vamos lembrar, vamos refrescar nossa memória, aconteceu recentemente em Porto Alegre: dia 19 de novembro de 2020, João Alberto foi linchado no pátio do Carrefour; linchado! Um homem negro, refletindo a violência sobre a nossa população, que, ao contrário dos números da população em geral, aqui no Rio Grande do Sul, nos últimos dez anos, aumentou em 89% os homicídios de pessoas negras no Rio Grande do Sul, maior do que a média em geral. Essa situação precisa ser pensada nesta Câmara de Vereadores; aliado à auto-organização e à mobilização da população negra, nós temos que ter medidas efetivas para combater esse tipo de violência. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada pela palavra. Gostaria de aproveitar este momento para reforçar algumas questões que nós vivemos na nossa cidade, principalmente na periferia, onde nós vemos, sim, algumas políticas públicas, que, por vezes, ao invés de auxiliar a periferia, estão atrapalhando, e nós vemos que este ano nós temos um prefeito comprometido com a questão da volta às aulas. Se nós queremos dar igualdade para todas as crianças no Município, nós precisamos estar de acordo com essa importância da volta às aulas. A gente vê a fala de alguns vereadores na questão de discriminação, na questão de desigualdades, mas a principal desigualdade que nós temos no nosso País e no nosso Município, é a desigualdade escolar. Hoje, um aluno na rede pública custa mais caro do que na rede privada e tem um ensino inferior. Com isso, não podemos ser condizentes. Nós vemos políticas públicas que parecem proteger o trabalhador, como a proposta do Ver. Roberto Robaina, que quer trazer uma taxa para todo o funcionário de carteira assinada na questão do transporte urbano, que, na verdade, irá tirar a vaga de emprego da periferia, porque a mãe que leva seu filho na escola na Restinga, trabalha no pequeno comércio da Restinga, e ela vai a pé ou vai de Uber com um valor muito baixo, ela não trabalha em outro lugar da cidade. A grande maioria das mulheres da Restinga quer trabalhar na Restinga, quer viver na Restinga, quer que seus filhos estudem na Restinga. Agora nós temos um plano do prefeito para colocar um centro industrial na Restinga, e qual é a política pública que nós vemos da oposição, na questão da proposta do Ver. Roberto Robaina? É taxar todos os funcionários igualmente, prejudicando esse funcionário da Restinga, que está tendo oportunidade de ter o desenvolvimento econômico da Restinga. E ele estará perdendo oportunidade de trabalho para quem? Para aquele jovem que mora em Ipanema, que teve melhores condições de estudos do que ele, porque as políticas públicas que deveriam proteger os mais fracos, acabam, por vezes, criando distorções tão grandes, que acabam prejudicando quem mora na periferia. Por isso, eu gostaria de reforçar que a liberdade é a única maneira de podermos acabar com essa discriminação e com essa falta de igualdade que nós temos, tão grande, entre a periferia e as zonas centrais. Políticas públicas feitas para zonas centrais, por nós, aqui, fechados na Câmara de Vereadores, não vendo como é que funciona lá na periferia, é que está causando as grandes distorções que nós vemos na nossa cidade.

Eu gostaria de colocar aqui, principalmente aos vereadores da oposição, que pouco deixam avançar pautas importantes para a cidade na questão de prosperidade, desenvolvimento econômico e liberdade do indivíduo, que entendam que cada vez que eles tentam pensar numa política pública pontual, eles estão prejudicando lá na ponta, lá na periferia, lá na Restinga, lá no Humaitá, que está procurando se desenvolver, das suas maneiras, mas acaba sendo impedida porque vai estar competindo com uma menina que vai sair do Moinhos de Vento, do Bela Vista, com uma taxa de ônibus muito barata. Ele poderia estar tendo um emprego na Restinga, e a Restinga poderia estar sendo próspera para os seus próprios jovens, e não para os jovens da zona central

de Porto Alegre. Então, eu espero que as políticas públicas não sejam distorcidas, e principalmente eu gostaria de trazer que a única maneira que a gente consegue desenvolver a nossa periferia é dando liberdade para cada indivíduo se desenvolver plenamente, principalmente as nossas crianças, através da educação. Obrigada, Presidente; obrigada a todos os colegas vereadores.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0307/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 014/20, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que declara como Área Especial de Interesse Social I – AEIS I – a área que especifica, localizada no Morro da Cruz, no Bairro São José, criando nova Subunidade e alterando os limites das Subunidades adjacentes. **Com Emenda nº 01, do Ver. Aldacir Oliboni. (SEI 021.00132/2020-72)**

PROC. Nº 0356/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 151/20, de autoria do Ver. Claudio Janta, que determina a oferta de, no mínimo, 1 (uma) Farmácia Distrital com horário de atendimento até as 22h (vinte e duas horas) por Gerência Distrital de Saúde no Município de Porto Alegre. **(SEI 024.00075/2020-29)**

PROC. Nº 0098/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 026/21, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, que amplia o limite de tolerância para 30min (trinta minutos) nos estacionamentos temporários pagos nas vias e logradouros públicos e em áreas urbanas pré-determinadas – Área Azul – para motoristas de transporte individual por táxi e transporte motorizado privado e remunerado de passageiros – plataformas de aplicativos. **(SEI 019.00002/2021-23)**

PROC. Nº 0345/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 129/21, de autoria da Ver^a Daiana Santos, que inclui a efeméride Dia do Exu João da Cruz no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas

Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 14 de novembro. (SEI 209.00046/2021-25)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas vereadores; eu fiz um pedido de providências ao Procon, e na pessoa do nosso colega Professor Wambert, que é o atual presidente, eu quero agradecer porque já fomos atendidos. Nesse pedido de providências, nós solicitamos a realização de *blitze* nos postos de gasolina, que foram realizadas nas últimas quinta e sexta-feira, em 20 postos de gasolina. Por que solicitamos? Porque o último aumento foi de 12,5%. Normalmente oscilavam os valores e as porcentagens, mas esse último aumento foi salgado, foi de 12,5. Como esse preço tem se mantido, nós solicitamos as *blitze*. As *blitze* foram feitas junto com a ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Repito: eles fiscalizaram, quinta e sexta-feira, 20 postos. Eu acho que nós, consumidores, precisamos de uma resposta plausível, uma explicação plausível sobre esse aumento, o porquê desse aumento tão alto, dessa porcentagem tão alta, e por que tem se mantido? Então, agora, depois dessas *blitze* realizadas, nós vamos aguardar o desfecho desse trabalho realizado pelo Procon, que mais uma vez aqui eu agradeço ao diretor, o Professor Wambert e a toda a equipe que realizou essas *blitze* em vários pontos de Porto Alegre. Um forte abraço, Presidente e colegas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não é de hoje que Porto Alegre tem sofrido uma redução da máquina pública, e isso ataca o cidadão, também conhecido como pagador de impostos. Só que o que ocorre nesta cidade? Paga, mas não leva! Paga uma taxa muito pesada de impostos e não recebe, muitas vezes, o serviço que precisa. Vai buscar e não tem. E o caso, Presidente Bins Ely, das farmácias distritais, é emblemático, porque essa centralização do acesso ao remédio público prejudica. Em síntese, em resumo, o que pagou imposto não pode receber o seu remédio, porque, muitas vezes, para ir lá buscar o seu remédio tem que se deslocar longas distâncias e, daqui a pouco, compensa mais comprar na farmácia privada. E outros também, os trabalhadores, que de manhã e de tarde estão no seu emprego, construindo o seu salário, enfim, quando for de noite, não tem farmácia distrital, não tem! Então, é fundamental, sim, que se tenha em várias regiões a democratização do acesso ao SUS. O SUS é o Sistema Único de Saúde, e quer se fazer universal, mas os mecanismos que o Estado coloca contra os pagadores de impostos fazem com que muitos trabalhadores não acessem o remédio público, e isso interessa a quem? A quem não gosta do SUS. Então,

o acesso ao SUS, meu companheiro Oliboni, líder de bancada, tu que és um militante, aguerrido da causa da saúde do povo, sabe da importância de que não seja de fachada o SUS, companheira sanitária Daiana; não pode ser de fachada, no papel, o acesso ao hospital, o acesso ao leito, o acesso à cura, o acesso ao remédio, tem que ser a política real, e a política real só se faz quando de fato o trabalhador do Lami, lá da Vila Sapolândia, possa ter acesso ao remédio público. O trabalhador que lá no Sarandi chegou às 20h em casa, doente, vai ter que comprar do seu próprio bolso, do salário mínimo surrado, de uma destruição do poder de compra dos trabalhadores que já faz muitos anos que não têm aumento real do salário mínimo? Então, Ver.^a Mônica, você que eu sei que sempre fala da pauta da saúde, elogia o secretário da saúde, eu acho fundamental o modelo das farmácias distritais ser repensado; não precisa repensar emergencialmente, urgente, agora, já, mas discutir com a população. Será mesmo que essas farmácias distritais, centralizadas, estão ajudando? Eu vejo muitos servidores da saúde dizerem assim: olha, antes a gente entregava a bombinha de asma para o usuário aqui no posto, era mais fácil; agora, muitos deixam de ir buscar a sua bombinha para asma. Eu acho que muitos medicamentos podem voltar às unidades básicas de saúde, porque ali já distribuí alguns medicamentos, outros também ali podem ser distribuídos. Não se trata de onerar, de forma alguma, se trata de melhorar algo que não deu certo. É isso. Política pública a gente testa, coloca em andamento e pode ser que não dê certo, é o caso, hoje, de uma passagem cara em Porto Alegre, das distâncias que se alongam cada vez mais. As pessoas estão morando nos cantos mais extremos da capital. Mudou. Eu acho que a gente também tem que repensar, como Casa do Povo, isso. Por isso, nessa discussão de pauta, eu me foco nesse tema, porque eu sou também usuário do SUS. Felizmente, nunca precisei usar remédios periodicamente, nunca tive tantas enfermidades, mas têm pessoas que todo mês precisam buscar, e aí são R\$ 10,00, R\$ 20,00 a menos no orçamento com transporte. E muitos outros trabalhadores têm o seu diagnóstico, tem a sua receita, e aí tem que tirar de um litro de leite do filho, de um quilo de carne, para comprar o remédio. Então eu acho que nós, agentes públicos da Câmara de Vereadores, temos que pensar também, não deixar só para o Executivo, mecanismos para democratizar de verdade o acesso à saúde. Obrigado, Presidente Márcio, um abraço aos colegas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Daiana Santos está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Presidente, colegas desta Casa, eu venho aqui para falar sobre o PLL nº 129/21, de minha autoria, que inclui o Dia do Exu João da Cruz no calendário comemorativo desta cidade. Trago isso de forma muito feliz neste dia, numa segunda-feira, dia de Exu, falando da importância que é a gente exaltar o Estado laico, principalmente pelo fato que a gente vê tantas relações desfavoráveis às religiões de matriz africana, com tanta violência. Pensando que o

Estado é laico, trago aqui este dia como parte daquilo que me constrói também em relação à religião de matriz africana, saudando aqueles que se debruçam diante dessa organização de sociedade, compreendendo que a gente precisa cada vez mais ser aberto e tolerante, já que a gente fala tanto em tolerância religiosa, para todas essas formas múltiplas e diversas de viver e existir nessa sociedade. Trago só para que seja apreciado pelos nobres colegas, porque esse Estado é laico; a gente luta por justiça e por dignidade para todo o povo, principalmente o povo de matriz africana, que tem muito a ver com a nossa ancestralidade, e também uma ligação direta ao povo negro, que, por muito tempo, foi perseguido e morto por cultivar aquilo que, em definitivo, faz parte da sua trajetória, não é, Ver. Oliboni? Então, saúdo neste dia de Exu este projeto e já deixo aqui para que todos tenham conhecimento. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha a nossa sessão mista, alguns de forma virtual e outros de forma presencial. Na pauta de hoje há um projeto de lei de minha autoria – queria tranquilizar os colegas vereadores e vereadoras porque o projeto de lei trata de um projeto de regularização fundiária que fica no Morro da Cruz, bairro São José, Partenon. Essa área era da congregação dos Josefinos de Murialdo, onde moram em torno de 120 famílias, e, por um pedido da própria congregação São José do Murialdo, me chamaram, me deram a boa notícia, Ver. Cecchim, que abriam mão daquela área para poder ceder àqueles moradores. Eu encaminhei esse projeto de lei no ano passado, inclusive tinha conversado com a assessoria do prefeito anterior, e ele disse “isso é muito bom, quando o proprietário abre mão para poder resolver um problema de habitação, de regularização fundiária”. E no governo Melo foi criada a secretaria de regularização fundiária. Então, nesse sentido, eu espero apoio dos colegas vereadores e vereadoras, porque que se trata de algo que nós temos que ampliar na nossa cidade, na medida em que nós temos, em torno, como dizia o Ver. Comassetto, de 700 vilas ou comunidades irregulares, e essa que fica no coração do Morro da Cruz, atrás da cruz, eu conheci quando eu fui seminarista do Padre Ângelo Costa, e naquela ocasião não morava ninguém ali; são 45 anos de lá para cá, não tem mais espaço para ninguém, é uma casinha ao lado da outra, como em tantos outros lugares da cidade. Então, nesse sentido, com acordo do dono, nós estamos encaminhando, inclusive vai chegar nesta semana, na Casa, uma carta de anuência da própria Congregação Josefinos do Murialdo, que está abrindo mão da área para viabilizar a regularização fundiária.

É apenas um registro que faço para tranquilizar os vereadores, porque, quando nós encaminhamos projetos dessa natureza, vem um parecer dizendo que é área pública, é área particular, e não tem como se opor ou obrigar, vamos dizer assim, o

Executivo ou até mesmo o dono, a não ser que se compre a área, para fazer regularização fundiária, e agora o dono está abrindo mão dela, como aconteceu lá na divisa de Viamão com uma área que era da UFRGS, quando foi aprovado três, quatro anos atrás esse projeto de lei para que aquelas famílias pudessem ficar no local. Então são demandas que o vereador recebe, Ver. Janta, que nós temos obrigação de encaminhar, e nesse sentido é humanitário, é mais do que humanitário. Imaginem aquelas pessoas um dia receberem o título de propriedade! Eu creio que esse trabalho, vamos dizer assim, é garimpeiro, porque o vereador vai nas vilas, vai nas comunidades, se sensibiliza com os problemas da cidade, e esse foi um em que eu fiquei há anos insistindo para que um dia se resolvesse. Então registro aqui a alegria de reconhecer e agradecer à Congregação Josefinos do Murialdo, estabelecida na região leste de Porto Alegre, que abriu mão dessa área para poder atender 120 famílias. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente. Eu estou econômico nas falas até porque, como não estou aí presencialmente, procuro ser econômico, mas, como fui citado numa intervenção de uma vereadora do partido NOVO, Mari Pimentel, que não estava na legislatura passada, quero dizer que esse tema do transporte público é um tema muito caro para nós do PSOL, todos que acompanham a vida das cidades sabem disso. Além disso, nós lutamos muitas vezes, em algumas delas fomos vitoriosos contra os aumentos das passagens de ônibus; tivemos uma mobilização histórica em 2013, foi uma mobilização que mudou o País, independente do juízo de valor sobre a dinâmica dos acontecimentos foi um fato histórico. Nós tivemos ali envolvido, na época, o Pedro Ruas, que era vereador, e a Fernanda, e eu escrevi a ação que foi vitoriosa naquela oportunidade. Nós temos sempre acompanhado o tema do transporte e sabemos que não é possível que a população trabalhadora, os setores mais pauperizados banquem o sistema de transporte, isso é totalmente inviável, e nós sabemos que cada vez mais, infelizmente, tem sido nas costas do povo mais pobre que o sistema de transporte vem sendo sustentado com tarifas, infelizmente, cada vez mais altas. Em Porto Alegre, nós temos uma das tarifas mais altas do Brasil, e isso não pode continuar, não é possível que não termine, não é possível que o povo siga pagando, o povo mais pobre siga pagando pela sustentação do transporte. E o governo Melo, agora... Bem, já na época do governo Marchezan, como parte de uma política sobre o transporte, o governo enviou uma série de medidas para a Câmara de Vereadores, como regra, medidas muito ruins, com uma exceção, que era a retirada de um trabalho do movimento popular de Curitiba, um projeto de iniciativa popular de Curitiba que foi desenvolvido aqui também pelo ex-secretário Tortoriello, estudado pela EPTC, que previa a taxa de mobilidade urbana, que faria uma mudança no transporte – na época, eu fui oposição ao conjunto do pacote.

Todos devem estar muito lembrados da luta para evitar a extinção dos cobradores, nós fizemos essa luta, felizmente fomos vitoriosos; infelizmente, eu vejo o governo Melo insinuar uma pauta novamente sobre esse tema dos cobradores, e eu, naquela oportunidade, dizia que o prefeito Marchezan não estava priorizando a luta pela taxa de mobilidade humana, que permitia, na medida em que mudasse o tipo de sustentação do transporte, o barateamento da passagem. Inspirado naquele debate, eu fiz um projeto de lei que não é o mesmo projeto, ele tem uma base comum com a iniciativa popular de Curitiba, mas não é o mesmo projeto, nem é o mesmo projeto do governo anterior, porque ele se assenta, na verdade, numa outra forma de calcular, numa outra forma de sustentar o sistema, que é, na verdade, via tributação e não via tarifa, portanto, via concessão administrativa. É uma forma que permite que o sistema não seja sustentado pelo povo mais pobre, ele tem uma sustentação por parte do conjunto dos empresários da cidade; nem todos empresários vão pagar mais, ao contrário, muitos não vão pagar mais, mas a base de cálculo passa a ser todos os trabalhadores formais e não simplesmente baseado na tarifa, porque realmente não tem como os trabalhadores bancarem esse sistema.

É muito importante isso também, porque, infelizmente, também tem uma pauta que é uma pauta perigosa, que o governo ainda não levou adiante, espero que não leve, mas já anunciou, que é a ideia de privatizar a Carris. Sei que essa vereadora é uma vereadora que defende que o Estado, que o público não tenha nenhum poder, porque ela é uma vereadora que defende a lógica de que os empresários dominem a economia de modo cem por cento, dominem a política, enfim, ela tem uma forma de fazer política que é uma forma ligada a essa lógica que as empresas é que fazem o bem-estar da sociedade. E eu penso que quem faz o bem-estar da sociedade são sobretudo aqueles que trabalham, aqueles que produzem, inclusive aqueles que garantem a riqueza de boa parte das empresas, porque as pequenas e médias empresas, infelizmente, estão tendo muitas dificuldades, não estão tendo assistência, não estão tendo ajuda nem do governo municipal, nem do estadual, nem do federal.

O fato é que eu apresentei esse projeto de lei que vai ser discutido, ainda não foi apregoado, tive oportunidade de ir à EPTC para aferir os cálculos da EPTC em relação a esse projeto, porque, pelos meus cálculos, esse projeto de lei garante a passagem a R\$ 2,00, gratuita para os trabalhadores formais e R\$ 2,00 para quem não é trabalhador formal, portanto, é sim, uma revolução no transporte de Porto Alegre. Então eu fui à EPTC aferir meus cálculos, e, para minha surpresa – o secretário Zacher inclusive estava na EPTC –, ao invés de ser só recebido pelo diretor Ramiro, que me recebeu muito bem, por sinal, eu tive a oportunidade de conversar com o secretário Zacher, que me informou inclusive que a EPTC está fazendo esses cálculos, está fazendo esse trabalho que vai ser objeto de discussão com o prefeito da cidade. Inclusive, o secretário Zacher disse que teria uma reunião com o prefeito, porque ele sustenta também a necessidade de um subsídio para o transporte.

Para concluir, eu tenho sustentado que a necessidade de subsídios – que para mim é evidente – tem que ser combinada com a defesa do interesse público, portanto com a defesa da Carris pública, com a defesa de um serviço de transporte de

qualidade, o que implica na manutenção dos cobradores, o que significa controle sobre o sistema; mas, ao mesmo tempo, eu não tenho dúvida de que não pode continuar um sistema bancado pelos trabalhadores mais pobres que pegam o ônibus na cidade de Porto Alegre, os 200 mil que pegam o ônibus, e a sociedade tem que ajudar a bancar, os empresários sobretudo. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal) (Após a chamada nominal.) (Pausa.) Tinta e três Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h52min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0266/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 090/21, de autoria das Ver^{as} Comandante Nádia e Fernanda Barth e dos Vers. Ramiro Rosário, Mauro Pinheiro e Alexandre Bobadra, que dispõe sobre a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de disponibilizar gratuitamente medicamentos ou suplementos liberados e preconizados pelo Ministério da Saúde para o tratamento dos pacientes com sintomas da Covid-19 que possuam orientação médica com prescrição. **(SEI 025.00032/2021-23)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Hamilton Sossmeier: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 03, da Ver^a Comandante Nádia (Líder da Bancada do DEM) e do Ver. Claudio Janta;
- retiradas as Emendas nºs 01 e 02;
- encaminhou a matéria a Ver^a Fernanda Barth em 05-05-21;
- incluído na Ordem do Dia em 26-04-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLL n° 090/21. (Pausa.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Na verdade, é um esclarecimento de votação. Na última sessão, quando eu me inscrevi para encaminhamento, terminou a sessão em função do horário, mas a minha inscrição foi feita; eu queria apenas confirmar isso com o diretor legislativo, Dr. Luiz Afonso, porque eu me inscrevi para encaminhamento, depois da discussão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, o senhor pode se inscrever novamente para encaminhar, não tem problema nenhum.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Então me inscrevo, obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente. Vereadores e vereadoras, nós temos que observar bem o projeto que nós vamos votar a seguir. Na verdade, ele surge como uma tentativa de viabilização, isso tem na sua origem, do chamado *kit* Covid, face à inconformidade do governo municipal, com a decisão judicial de proibição desse *kit* Covid em Porto Alegre, e hoje já tem dados internacionais de que a cloroquina não é isenta, realmente ela faz diferença para pior – para pior! Então, a ação que tivemos foi, na verdade, de auxílio substancial à saúde pública, porque tiramos esse tipo de oferecimento que o governo Melo queria fazer, na mesma linha do governo Bolsonaro – eles têm a mesma forma de pensar a questão da pandemia. Este projeto surge para tentar, digamos, dar uma volta, fazer uma curva nisso. Alertados, por certo, na área jurídica, o projeto sofreu modificações; hoje, o projeto seria um problema, se previsse aquele tipo de medicação, ou seja, cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina. Não, o projeto é um projeto quase neutro, inócuo; portanto, desnecessário. Vejam bem, se o projeto diz, como disse, com a emenda, que aquilo que for área pública receitar o previsto pelo Ministério da Saúde... O projeto seria mais correto se falasse em Anvisa, não é? É a Anvisa que tem realmente a capacidade técnica de definir se o medicamento A ou B pode ser utilizado, mas, enfim, fala em Ministério da Saúde; bem, é a medicação que os governos e que o próprio SUS podem oferecer. Registro esse fato como elogio aos autores, de que agora ele não tem indicação. E os nossos debates originais tinham esse fundo que não sei se chegou a ser colocado com todas as letras no projeto. Pois bem, o projeto é melhor do que aquele do debate, volta da cloroquina, hidroxicloroquina, toma quem quiser, o médico é quem sabe – aquela conversalhada toda lá que, com todo respeito, quem sabe é a Anvisa, quem sabe é a OMS –, mas, enfim, aquilo não existe mais. Aí o projeto coloca que a secretaria ofertará, o que o SUS faz, a secretaria faz, evidentemente, os remédios que a Anvisa liberar, os remédios que forem de fato bons para as pessoas, e não aquilo que o

Presidente da República acha, porque sua formação é em paraquedismo, apesar de ele ter inúmeros seguidores no Brasil inteiro na área da medicina, mas a sua formação é em paraquedismo. E ele tem inúmeros seguidores, são seguidores fieis e agressivos, por sinal, bastante – eu sou vítima disso diariamente, estou só registrando.

Então, é importante salientar, encaminhar aqui, concluindo, que nós somos contrários a aprovação deste projeto, respeitosamente. Claro que as pessoas, eu já disse, têm direito de pensar, agir e, quando têm mandato, de propor projetos, segundo sua forma de se posicionar frente aos problemas da sociedade, assim como nós também temos o direito de ter outra posição, e a nossa posição é contrária a este projeto, com encaminhamento para que nosso voto seja contrariamente a este projeto que, na sua origem, seria ruim para a cidade ou hoje não precisa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 090/21.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas. Ver.^a Comandante Nádia, a mesma esquerda que sobe aqui nesta tribuna para falar em defesa do SUS – e que bom –, para falar da necessidade do nosso sistema de saúde atender os mais pobres é a esquerda que tenho visto aqui se revezar também aos microfones para atacar a autonomia do SUS, para dizer que o paciente do SUS não pode ter direito à autonomia de liberdade na relação médico/paciente, para poder receber a medicação que ele quiser e que o médico quiser lhe receitar, mas o paciente da iniciativa privada, da rede privada de saúde, esse pode. Então, a esquerda aqui tem se revezado nestes microfones para, na verdade, colocar o paciente do SUS como um paciente de segunda categoria.

Conversava, na semana passada, com o Dr. Carlos Isaia Filho, presidente do Cremers, nosso Conselho Regional de Medicina; e o Dr. Isaia falou algo muito interessante sobre a mudança de concepção que existe hoje do médico, a figura do médico. Havia um conceito, antigamente, do médico, aquela figura, investida de autoridade, que dizia: “Tu estás com a doença tal, vais tomar o remédio tal”. Isso foi mudando ao longo dos tempos. Hoje se fala do médico como um agente de saúde. E o que significa um agente de saúde, Ver. Camozzato? Significa que nós temos, na saúde, na prevenção e no tratamento de doenças, diversos atores. Obviamente, o médico é um dos atores, talvez um dos principais. E ainda mais no combate a uma pandemia, como estamos vivenciando, há diversos outros atores fundamentais. As pessoas que lidam com a assepsia, com a limpeza dos hospitais são agentes de saúde; jornalistas, muitas vezes formadores de opinião, também atuam como agentes de saúde, levando informação à população; e o paciente, Ver. Jessé, também é um agente de saúde. A figura do paciente no tratamento de uma doença, na prevenção ou no tratamento efetivo no combate aos efeitos da doença, é central; portanto, a relação entre médico e paciente se faz ainda mais importante. O paciente que deseja buscar determinado medicamento, e

o médico que deseja receitar tal medicamento, com base na sua experiência profissional, com base na sua experiência diária no combate, não apenas a este vírus, mas a qualquer outro tipo de doença, essa liberdade tem que ser resguardada. A esquerda sobe aqui para falar de *kit* Covid. Quem falou em *kit* Covid? A esquerda sobe aqui para falar em Bolsonaro. Quem falou em Bolsonaro? Ver.^a Comandante Nádia, mostra-me onde é que está escrito *kit* Covid; mostra-me onde está escrito, neste projeto, cloroquina; mostra-me, vereadora, onde está escrito ivermectina. Não está escrito! Ou os colegas estão agindo de má-fé ou não leram este projeto, porque o projeto diz respeito a toda e qualquer doença a ser tratada na rede pública de saúde e ao resguardo da relação médico/paciente. Não estamos defendendo tratamento ou medicamento X, Y ou Z. Eu mesmo... A minha mulher, a maioria dos colegas sabe, estava grávida; quando faltava um pouco mais de um mês e meio para nossa pequena nascer, uma médica da nossa relação de confiança disse “Ramiro, toma tal medicação”, e eu lhe disse que tomaria. Não vou dizer nem qual é, porque não gosto disso. Eu não sou médico; aliás, nesta legislatura nenhum médico foi eleito. Até é interessante isso, em meio a uma pandemia, numa campanha eleitoral, nenhum dos 36 vereadores é médico! Então, eu não vou ficar aqui fazendo propaganda de medicamento, mas vou fazer propaganda da minha relação de confiança como paciente e a médica que me receitou determinado medicamento. E eu tomei, mal não ia fazer, segundo ela – tomei com base nessa relação. E por que eu posso fazer isso, eu que tenho plano de saúde, eu que posso ir à farmácia e comprar o remédio, por que eu posso fazer isso, mas o Seu João e a Dona Maria, nas comunidades, não podem fazer isso na unidade de saúde mais próxima à sua casa, com o médico com quem ele tem condições de ser atendido, com confiança naquele profissional?

Então, em defesa dos mais pobres da cidade, em defesa da liberdade, em defesa da relação médico/paciente, Presidente Bins Ely, nós encaminhamos favoravelmente ao projeto, parabenizando aqui imensamente as vereadoras Fernanda Barth e Comandante Nádia que nos liberaram nesse processo, assim como todos mais colegas que assinam como coautores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 090/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, membros desta Casa, público que nos assiste. Ver. Pedro Ruas, o senhor é uma pessoa que conheço há muito tempo, admiro muito, um excelente advogado, comprometido com as lutas do povo de Porto Alegre, mas o senhor, por questões ideológicas, acho que se equivocou agora quando falou na Anvisa. Eu acho que nenhum médico, em sã consciência, vai receitar um remédio para seu paciente, que é o que nós estamos defendendo aqui, o direito paciente/ médico e médico/paciente, que não esteja homologado pela Anvisa. Hoje em dia, vários setores e segmentos da sociedade exigem a homologação do Inmetro; pegando um exemplo bem básico, o café,

hoje, tem que ter a homologação, o selo do Instituto Brasileiro do Café – há segmentos que querem ter essa comprovação. Então, acho que nenhum médico vai chegar e receitar para o paciente tomar algum remédio. Aí nós vamos voltar. Hoje eu fiz a vacina da Covid, dizem que é 70% a eficácia. Então não vou fazer porque quero uma que tenha 100%. É um direito do médico mandar eu tomar vacina, e é meu direito não tomá-la. Eu, por exemplo, fui tomar a vacina da gripe no ano passado, em função da Covid, porque disseram que ajudava. Na dúvida, eu fui lá e tomei. Quando eu tive Covid, se o doutor me dissesse para eu enfiar o dedo no ouvido e pular num pé só que eu ficaria bom, eu enfiaria o dedo no ouvido e pularia num pé só, porque só quem teve Covid sabe o que é! Ontem fez dez dias que perdi a minha mãe – hoje estou alegre porque acho que ela me ajudou a tomar a vacina. E não é só pela criação do Centro de Referência do Autismo, anunciado pelo prefeito Melo e todos os secretários, eu estou alegre porque eu adquiri uma imunidade. Volto a afirmar aqui que não temos nenhum médico nesta legislatura, mas tivemos por duas um médico conceituado nas comunidades pobres e carentes de Porto Alegre, principalmente no Extremo-Sul, na Restinga e na Lomba do Pinheiro, que é o Dr. Thiago Duarte. Por orientação do Dr. Thiago Duarte, eu, por minha livre e espontânea vontade – ele perguntou se eu tinha algum problema cardíaco –, tomei a cloroquina por quatro dias, tomei o vermífugo Annita por dez dias, tomei Azitromicina, vitamina D, vitamina C, zinco e magnésio, que tomo até hoje. Aí o Ver. Oliboni disse: “Pô, Janta, tu estás com dificuldade de ir para a tribuna?”. Estou! Fiquei com sequela da Covid, sequela muscular, como o Ver. Oliboni está com sequela na coluna. Eu tenho uma menina que trabalha comigo na bancada que ficou surda dos dois ouvidos, está comprando aparelho de audição, devido à Covid. Há pessoas que tiveram lapso de memória. Ainda brinquei com o Ver. Oliboni dizendo que eu tenho isso só no final do mês, quando chegam os cobradores: não me lembro de nada, estou com Covid.

Gente, nós estamos aqui defendendo – digo nós porque eu tive o prazer de assinar uma emenda junto com a Ver.^a Comandante Nádia – um direito do médico com seu paciente e um direito do paciente, principalmente do paciente, Ver. Jonas, que falou aqui, que vai à farmácia com a receita do doutor, e que tenha esse remédio disponível, inclusive o zinco, inclusive a vitamina D, inclusive a vitamina C, inclusive o magnésio, inclusive a Azitromicina – é unanimidade a Azitromicina! Nenhum país até hoje contestou isso; no mundo, os menores casos de Covid ocorrem nos países africanos, porque tomam consecutivamente ivermectina, conforme estudos. Eu não estudei nada, eu mal fiz a faculdade para conseguir ter um diploma para não ser um zé burro que vem lá do Morro da Cruz, que nem o Ver. Mauro Pinheiro, eu me formei depois de burro velho, depois dos 50 anos. Eu acredito em quem dedicou sua vida a salvar e ajudar a vida dos outros. Eu confio, não porque foi meu colega aqui, não porque foi presidente desta Casa, mas porque é um grande médico, eu confio no Dr. Thiago, que não é só meu amigo, que não é só um ex-vereador, um deputado, mas é meu médico, é o médico da minha família, é o médico para o qual ligo quando a minha filha tem algum problema: Thiago, a guria está com isso ou aquilo. “Vai a algum lugar, faz tal coisa”. Então, eu estou acreditando no meu médico. Volto a dizer aqui, Sr. Presidente, Idenir Cecchim, que se a gente estiver lá com uma doença grave, com uma doença que não tem cura, que

tem o risco de nos tirar a vida, se o doutor mandar enfiar o dedo no ouvido e pular num pé só, nós vamos enfiar o dedo no ouvido e pular num pé só. Só quem está com problema de doença sabe a doença que tem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 090/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente. Fico impressionado, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando, na medida em que ouço os colegas a respeito do apoio, diria, ao famoso tratamento precoce ou *kit* Covid, porque, em tese, o projeto de lei apresentado por vários vereadores, no fundo, quer autorizar, sim, o tratamento precoce. Vou ler aqui o artigo 1º do projeto de lei que diz o seguinte: (Lê.) “Art. 1º - Fica a Secretaria Municipal de Saúde responsável por disponibilizar gratuitamente medicamentos ou suplementos liberados e preconizados pelo Ministério da Saúde para o tratamento dos pacientes com sintomas da Covid-19 que possuam orientação médica com prescrição”. Quem de vocês me diz que é o Ministério da Saúde que libera os medicamentos? Não é. É a Secretaria da Saúde? Não é. É a Anvisa. E não é por acaso que a CPI do Senado, Ver. Nádia, está dizendo, todos os que passam por lá, que é uma enorme irresponsabilidade algum profissional da saúde, seja médico ou o que quer que seja, prescrever um medicamento que não foi reconhecido não só pela comunidade científica, mas também pela Anvisa. Eu quero ver daqui uns meses quando o Presidente da República vai ser intimado. É! O Senado vai responsabilizar o atual governo federal por várias questões, dentre elas, essa também, Ver. Ramiro. Esse é o debate que vem em nível federal, estadual e municipal, porque não tem ligação. Claro que tem. Tem muitos colegas vereadores e vereadoras que parecem que vivem o que preconiza o atual governo federal, mas preconiza o que é ilegal. Olha o que aconteceu na Amazônia e o que vai acontecer com o ex-ministro da saúde. O distanciamento social é uma exigência da Organização Mundial da Saúde, o uso de máscara e álcool em gel, enfim. O que preconiza a Organização Mundial da Saúde muitos países, estados e municípios não fizeram, como Porto Alegre não fez a testagem em massa dos trabalhadores dos serviços essenciais, como não fez também a vacina de muitos segmentos que até hoje não são reconhecidos, como o transporte público. Os senhores sabem quantos trabalhadores morreram na Carris, que tem 2 mil trabalhadores? Sessenta trabalhadores morreram, perderam a vida. Imagina na rede de supermercados, que foi considerado serviço essencial, mas nem o caixa que vai ali atender todo santo dia recebeu a vacina até hoje. Está tudo errado, tem muita coisa errada, alguns passam na frente por decisão do governo do Estado, por decisão do governo federal como aconteceu semana passada nas Forças Armadas. Mas o que é isso? São mais de 400 mil pessoas que perderam a vida, e agora vamos dizer que a

Secretaria Municipal da Saúde está autorizada a autorizar o médico a prescrever determinadas medicações. Mas é óbvio! Há uma prerrogativa de, quando o médico se forma, ele ter essa autorização mediante um medicamento que é autorizado pela Anvisa, se não ele comete crime, ele, o médico, comete crime. Então, pessoal, estamos brincando com coisa séria.

As proposições apresentadas aqui deveriam ter mais senso de humanidade, porque eu duvido que um profissional vai prescrever um medicamento que pode provocar a morte do cidadão. Pode provocar a morte do cidadão! Já aconteceu aqui no interior do Estado, com uma médica que recomendou para três membros de uma família, e dois perderam a vida, foi notícia na RBS. Os medicamentos, Ver. Ramiro, preconizados pelo SUS já estão disponibilizados gratuitamente na rede, já estão. Se esses fossem considerados remédios com eficácia e com comprovação científica pela Anvisa, já estariam gratuitamente, mas não pode, não pode. É uma prerrogativa da Anvisa e, portanto, este projeto aqui vai colocar em xeque a gestão atual do Município de Porto Alegre, se sancionado e promulgado. Os próprios membros do governo estão arrumando uma cama de gato para o atual prefeito. Esta é a grande verdade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver Pablo Melo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 090/21.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu fui um dos vereadores acometido por esse terrível vírus, Ver. Matheus, e, felizmente, consegui escapar, Ver. Oliboni. Infelizmente, mais de 400 mil brasileiros não tiveram a mesma sorte que eu. Estabeleci, Ver. Ramiro, com o meu médico uma relação, ele me receitou aquilo que entendia que era importante para que eu me curasse. Graças a Deus e graças ao meu médico, tomei e tenho a oportunidade de estar aqui. Não é vereador que prescreve remédio, não é deputado estadual que prescreve remédio, tampouco deputado federal nem senador, também não é o Presidente da República, também não é ministro do STF. Quem prescreve remédio é médico que estuda seis, sete, oito, dez anos para poder prescrever remédio, para salvar a vida dos seus pacientes.

Nesse sentido, o que venho defender aqui, sem ideologização, é exatamente a liberdade da relação do médico com o paciente. Por isso, encaminho o voto da bancada do MDB pela aprovação do projeto, exatamente por essa liberdade de relação que deve ter o médico com o seu paciente. Assim como a minha vida foi salva nesta pandemia pelo meu médico, que milhares e milhares de porto-alegrenses, gaúchos e brasileiros tenham o mesmo direito que todos nós, daqueles que têm mais possibilidades ao mais humilde. Por isso, fica o encaminhamento pela aprovação do projeto, pela

liberdade de escolha e pela liberdade de cada médico ter relação direta com o seu paciente. Fraternal abraço, boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 090/21.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, para nós, é até emocionante voltar a este plenário, às atividades, Ver. Ramiro, Ver. Pablo, Ver. Cecchim. Depois de tanto tempo trabalhando de forma remota ou no plenarinho, é importante a gente voltar aqui para a nossa Casa, a Casa do Povo, para poder fazer um debate e discutir este projeto, que é de suma importância, comandado pela Ver.^a Nádia, Ver.^a Fernanda, e eu tive o privilégio de ser convidado para ser um dos coautores junto com outros vereadores. É um projeto importante porque é um debate atual. Nós estamos aqui discutindo Covid-19, pandemia, saúde pública, sistema de saúde, medicamentos, e eu fico triste quando vejo nossos partidos de oposição ou de esquerda – PT, PSOL, PCdoB – entrarem na justiça para impedir que o sistema funcione e contemple as pessoas com medicamentos. Entraram na justiça, Ver. Cecchim, isso é um verdadeiro crime, impedir as pessoas de receberem remédios receitados e prescritos pelos médicos. Eu jamais vou receitar um remédio para alguém, mas se um médico me receitar... Como muito bem disse o Claudio Janta, no momento em que a pessoa está lá, com alguém doente com Covid, quando a gente já sabe quantas pessoas já perderam suas vidas, e o médico receita, a pessoa vai lá farmácia distrital, faz parte do Sistema Único de Saúde, e vai buscar o medicamento, mas a pessoa tem que ouvir que não vai receber o medicamento porque os partidos políticos decidiram entrar na justiça, e, infelizmente, o juiz disse que não pode distribuir o remédio. Então, não tem direito ao remédio. Aí, depois sobem nesta tribuna e dizem que estão aqui para defender o povo, as pessoas mais humildes, as pessoas da periferia. Defendem as pessoas da periferia, mas não querem que as pessoas da periferia tenham o mesmo tratamento que quem tem condições têm. A pessoa que tem condições, quando ela fica doente, ela nem vai no médico, ela pega o telefone e liga para o médico particular, fala os sintomas que está sentindo, que fez o exame, que está aguardando. O médico já manda comprar os medicamentos e manda tomar imediatamente, e as pessoas tomam, porque todos estamos assustados com essa doença. Então, quem tem dinheiro não tem problema, vai ao médico particular, liga, compra, se trata. Agora, nós estamos impedindo a liberdade, Ver. Felipe, daquele que não tem essas condições financeiras de tomar um remédio que foi receitado, foi prescrito, que a Organização Mundial da Saúde.... Algumas pessoas até dizem é bom, não é bom, tem controvérsia, sim, claro que tem, até hoje não se tem certeza desta pandemia, talvez a gente só vai ter certeza do que aconteceu nesta pandemia daqui a 10, 20, 30 anos. Todos nós temos dúvidas de como ela se transmite, de como se cura, do quanto a vacina vai poder impedir, qual vacina é melhor, qual remédio é melhor. Todos nós temos dúvidas,

os médicos têm dúvidas. Agora, nós não podemos privar as pessoas, principalmente aquelas pessoas que têm menos poder aquisitivo, de tomar um remédio ou daquilo que acreditam, nós estamos cometendo um grande crime ao impedir. Esses partidos entraram na justiça para ganhar notoriedade sei lá por quê. Não acredito, Ver. Pedro Ruas, que o senhor queira prejudicar as famílias, mas está prejudicando.

Este projeto, Ver. Nádia, é um projeto importante, que diz principalmente que a Secretaria da Saúde possa distribuir os remédios prescritos por médicos. Não sou eu nem a Ver.^a Nádia nem nenhum dos vereadores que está decidindo qual e quando deve ser tomado o remédio. Nós queremos que a pessoa tenha a liberdade da escolha, porque ela tem que dizer que quer tomar o remédio, aquele remédio que o médico prescreveu. Portanto, não vejo como votar contra um projeto que quer dar a oportunidade de as pessoas se medicarem, com receita, prescrição médica, com remédios aprovados pela Organização Mundial de Saúde, que tenham sido preconizados pela Organização Mundial de Saúde; até porque não sabemos se não vai aparecer uma nova droga, um novo remédio amanhã, depois de amanhã, e aqui já está autorizando que o Município de Porto Alegre esteja pronto para que, quando aparecer essa droga, ela esteja lá para que as pessoas da periferia, para que aquelas pessoas que mais necessitam possam seguir o seu tratamento e assim ter uma expectativa de cura, uma expectativa de vida. Chega de sofrimento, vamos dar a liberdade de escolha para as pessoas e para os médicos, que eles possam tomar a decisão do que é melhor para a sua saúde, e não nós, vereadores, decidirmos pelas pessoas, principalmente pelos mais pobres. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 090/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Venho a esta bancada encaminhar o voto pelo PSOL – Partido Socialismo e Liberdade – e gostaria de pontuar algumas questões sobre esta discussão. Como nós falamos na última sessão, este projeto nitidamente se trata de uma manobra para desrespeitar a comunidade científica, para desrespeitar uma decisão judicial que desautorizou a Prefeitura de Porto Alegre a distribuir o *kit* Covid e para fazer a população da nossa cidade de cobaia de um tipo de tratamento que não tem comprovação científica. Não somos nós, vereadores, que estamos falando isso, de fato, se não há nenhum médico aqui entre nós, o que políticos, homens e mulheres, com discernimento têm que fazer? Têm que estudar, têm que ler as notas técnicas que a Fiocruz solta a cada semana falando sobre a pandemia, indicando os tratamentos adequados, têm que entrar no site da OMS e dar uma lida nas indicações que são feitas baseadas em estudos sobre o efeito da pandemia no mundo inteiro. Aliás, um estudo em mais de 30 países, com milhares de pessoas indicou que a ivermectina e a cloroquina não são medicamentos adequados para o tratamento da Covid-19. É isso o que o vereador tem que fazer, e não ficar acreditando em discurso raso, ideológico que

vem do Presidente da República e espalha *fake news*. Olha, o Ver. Janta veio aqui à tribuna e falou sobre o caso da África. Vereador, sei que o senhor não é bolsonarista, aliás, há algumas semanas, indicou corretamente que a nossa cidade não deve homenagear Luciano Hang. Vereador, tenho que lhe dizer: a OMS disse o contrário sobre o tema da África, que o senhor comentou aqui na tribuna, não se devem a isso os baixos índices, que não são baixos, na verdade, tem uma tragédia também no continente africano, uma combinação de crises, diga-se de passagem, a OMS disse isso. Querem criar uma relação médico/paciente que não corresponde a critérios legais? Que não corresponde ao que a Anvisa define? Não é assim pode tudo, tem estudos, tem pesquisa.

Eu acho que o que estamos vendo na Câmara de Vereadores neste momento é que tem muita gente que, mesmo depois de mais de 400 mil mortos, no Brasil, ainda acredita naquela falácia da gripezinha porque trata a Covid-19 como se fosse qualquer coisa, como se fosse uma doença simples, que dá para ir testando aqui, testando ali, fazendo um jeitinho. Não é assim, gente, infelizmente, não é assim. Nós gostaríamos que tivesse um medicamento para poder tratar, que tivesse um monte de coisas que não tem, mas é uma doença nova, necessita de estudo, de atenção. É um pode tudo? Esse discurso liberal que entrou na cabeça de muitos que estão aqui hoje não faz sentido; aliás, faz sentido para o que é o liberalismo brasileiro, que surgiu quando a gente tinha a escravidão de seres humanos e não era contra isso, que defendia a liberdade, mas não foi contra a ditadura e que agora está aí sustentando, no Congresso Nacional, medidas autoritárias do governo Bolsonaro, como nós temos, anticidência, que não estimula a conscientização das pessoas. Então não faz sentido essa manobra que está sendo apresentada aqui agora.

Eu concordo com o que disse o Ver. Oliboni, nosso vice-líder da oposição, o prefeito Sebastião Melo é quem corre perigo com essa votação que está acontecendo, Ver. Cecchim, porque o projeto é inconstitucional e pode fazer com que o prefeito incorra em crime de responsabilidade, porque está indicando um tipo de tratamento que não tem eficácia comprovada. Neste momento, a Câmara de Vereadores, o Executivo, indiferente se são de esquerda ou direita, deveriam estar unidos para preservar a vida da nossa população, para ampliar a testagem, o rastreamento, medidas estruturais de defesa do SUS, política econômica para os pequenos e médios empresários, renda complementar, auxílio de diferentes formas, assistência social, mas não! Daqui a alguns anos, podem ler as notas taquigráficas desta sessão e dizer: em que mundo viviam os vereadores da Câmara de Vereadores de Porto Alegre que votaram uma medida que não tinha nada a ver com o combate à pandemia? E quem disse isso é o Presidente que vocês tanto adoram, que, esses dias, numa *live*, teve a cara de pau de dizer: “É, isso aí que eu estou indicando pode ser que não sirva para nada”. Ele mesmo falou! É um absurdo que a gente trate a vida das pessoas dessa forma, por isso que o PSOL vota “não” a este projeto inconstitucional que quer fazer nossa população de cobaia.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra encaminhar a votação do PLL nº 090/21.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Este é um debate que eu quero iniciar fazendo uma pergunta: se não é essa medicação aqui que a gente está considerando, o *kit* Covid, então qual é a medicação? Do que a gente está falando? Vamos ser mais objetivos para que a gente possa inclusive apresentar para a população. Além disso, quero deixar aqui também uma informação, para quem não teve ainda conhecimento, de que o Ministério da Saúde tirou o indicativo do ar que falava justamente dessa solução mágica que aqui todos estão dando, que é a do *kit* Covid. Se o próprio Ministério retira isso, a gente consegue compreender em definitivo que o debate aqui tem que ser outro. A gente tem que estar pautando testagem, vacina, a gente tem que estar pautando outras coisas. É absurdo que a gente tenha que estar aqui colocando toda a nossa energia num desgaste em torno desta medicação e deste debate que não vai avançar em prol da população. Eu fico pensando que essa negação da ciência, toda essa construção que se dá mesmo quando falam que a gente está indo judicialmente, isso não pode ser a pauta principal. A gente tem que olhar para isso, meus parceiros, minhas parceiras, meus camaradas, com uma seriedade que em definitivo não está sendo levada em consideração aqui. A gente está falando de vidas; como bem disse o Ver. Matheus, essa é uma manobra que a gente precisa olhar com muita responsabilidade. A gente está falando de vidas. São mais de 420 mil vidas perdidas num País que a gente já viu que não tem comprovação científica nenhuma em torno dessa medicação, em torno desse absurdo, e a gente aqui continua fazendo esse debate.

Eu peço com muito carinho para todos que estão nos ouvindo para que olhem esse tema e compreendam quem está pautando vidas e quem definitivamente está aí querendo dar solução mágica para as coisas. Nós não vamos nos furtar de fazer essa luta em defesa do SUS, em defesa da população e dos mais pobres, porque quando falam da medicação que vai ser disponibilizada, se não é esse *kit* Covid mágico para essas soluções que a gente bem sabe que não existem, em definitivo o que é então? Precisamos levar isso com mais responsabilidade, senhores. Aqui não tem nenhum técnico, e eu falo como sanitária, formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aquela que está acostumada a olhar, a avaliar as políticas públicas de saúde, todas elas do SUS, do Sistema Público único, gratuito, integral e que é universal. Nós temos já diante desse sistema muitas das soluções que aqui magicamente estão querendo nos vender. É irresponsável colocar este projeto em pauta. É irresponsável que nós ainda estejamos fazendo esse debate, com todo o respeito àqueles que colocaram, os nobres vereadores, colegas, mas em definitivo a gente não pode deixar passar sem criar esse tensionamento e sem expor para a população que gravidade tem um projeto como esse. Esta Casa tem que ser responsável por ações sérias que falam de vidas, da saúde, da construção de uma perspectiva e de um futuro para aqueles que mais precisam. Em definitivo, isso não está solucionando nem levando a nada. Todas as vezes em que eu subo a esta tribuna para falar sobre isso, eu fico muito consternada, eu fico inclusive constrangida pelo fato de que nós aqui deveríamos estar falando de testagem, de vacina,

nós aqui deveríamos estar falando de um projeto, de um plano de enfrentamento, coisa que o Município não tem. É uma pena que nós estejamos aqui diante desta tribuna, neste plenário, debatendo isso. Eu quero aqui já antecipar o voto contrário da bancada do PCdoB porque nós não concordamos, nem vamos compactuar com essa barbárie.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 090/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio Bins Ely, eu fico impressionada com tantas mentiras que são faladas nesta tribuna, mas viram que as palavras são palatáveis para serem deglutidas por aqueles que gostam de falar mentiras. Primeiramente, eu gostaria de mostrar um novo tipo de comorbidade que existe na Covid-19, que é morte por faixa de renda. Isso vem do Datasus São Paulo, mostrando exatamente que quem mais morreu de Covid, 65,9% são pessoas sem renda ou que recebem até R\$ 3 mil. Por quê? Porque são pessoas que não conseguem comprar o seu medicamento ou não têm acesso gratuito. A 3ª Turma do STF já disse: para os planos pagos, os planos privados, desde que haja prescrição médica das operadoras dos planos de saúde privados, não podem se negar a fornecer medicamentos para tratamento da Covid. E aqui nós vemos vereadores que dizem que são pelos pobres, pelos mais vulneráveis, querendo que o SUS não tenha essas entregas gratuitas, Presidente.

Mais do que isso, nós não podemos admitir que as pessoas mais vulneráveis não tenham acesso a remédios, por conta da ignorância de vereadores da oposição que estão aqui falando sem ter o conhecimento correto. Realmente, Ver. Matheus, precisa estudar. Começa tendo que estudar Língua Portuguesa para fazer interpretação do texto. Em nenhum momento fala aqui, Ver. Mauro, em *kit* Covid, em Bolsonaro ou cloroquina e ivermectina, seja lá o que quiser. Agora, tem vereador que sobre aqui, é da Polícia e diz que a liberação da maconha pode, mas tomar remédio gratuito, prescrito pelo médico não pode. Engraçado! Aí é bom, é bonito. Testagem, vacina e remédio para tratamento imediato não têm excludentes, nenhum exclui o outro. Queremos testagem, queremos vacina e queremos o tratamento imediato das pessoas. Até porque quero lembrar ao PT, já que querem falar de medicamentos, que o Tamiflu não tinha nenhuma comprovação científica e foi receitado, Ver. Cecchim, pelo governo do PT para o combate à gripe H1N1, em 2014, Ver. Oliboni. Que engraçado! Só mais tarde veio a comprovação de que era eficaz no combate, na redução da celeridade, dos sintomas e no tempo da internação. Estamos falando aqui de vidas, e vidas não podem sofrer brincadeiras. E a gente está vendo aqui, sim, brincadeiras de muitas pessoas porque é uma discussão ideológica. Não é uma discussão verdadeira, os vereadores aqui pensam que são médicos. Ninguém aqui é médico. Aliás, vou pedir assento no Cremers e no Simers para alguns vereadores aqui que se acham médicos, acima da verdade. Conselho Federal de Medicina, dizem os vereadores negacionistas que aqui estão. Vamos deixar

para o médico brasileiro, no caso concreto, junto com seu paciente, dentro do consultório, definir qual tipo de tratamento ele vai estabelecer com o paciente. Nós respeitamos o médico brasileiro. O médico não precisa de tutor, o médico não precisa de vereador negacionista, o médico brasileiro sabe como tratar a Covid, sendo com tratamento precoce, tratamento imediato, *kit* Covid, seja lá o que for, o médico tem que ter a liberdade para trabalhar a questão da doença. Infelizmente a vanguarda do atraso não entende e não sabe ver que genocidas são aqueles vereadores que retiraram, através de uma ação popular, os remédios que estavam à disposição do povo mais pobre. Foram lá, com uma ação popular, Ver. Jessé, e disseram: “Não queremos medicamentos para os pobres”. E, infelizmente, o juiz deu a liminar retirando a possibilidade daqueles que mais necessitam terem a sua medicação gratuita no posto de saúde.

Para concluir, este é um projeto da vida, não queremos mais os nossos porto-alegrenses indo com sintomas nos postos de saúde e recebendo, como prescrição, um ibuprofeno e uma dose de boa sorte. Nós queremos que eles sejam tratados desde o primeiro sintoma. Esse é um projeto da vida, e espero que todos aqui votem “sim”, porque nós queremos os porto-alegrenses vivos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 090/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, colegas vereadores, sobre este projeto, no começo, a Procuradoria tinha dado parecer prévio e opinou que o projeto apresentava vício de origem, uma vez que trata de matéria de ordem administrativa e de iniciativa do prefeito. Portanto, cria atribuições do Poder Executivo; o Legislativo não pode. Nesse termo, a autora, a Ver.^a Nádia, colocou a Emenda nº 03, de autoria dela que latera o art. 1º da proposição para determinar que a Secretaria Municipal da Saúde fica responsável pela disponibilização de medicamentos ou suplementos para tratamento de pacientes com sintomas da Covid-19, contanto que esses possuam prescrição médica e formalizem por escrito a sua concordância com a opção terapêutica prescrita. Portanto, com a emenda foi corrigido. Eu aqui fico surpreso, eu tenho uma boa amizade com o Ruas, mas o Ruas vota contra. O Ruas tem um sintoma macio para falar, mas na hora... A situação que vocês estão enfrentando aqui no plenário não é que a gente queira votar contra vocês, PSOL, PCdoB, PT, mas vocês estão criando um elo só e vocês dez não ganham nada aqui. Dez não é maioria. Então eu peço a vocês mais compreensão, porque nós queremos apoiar vocês, mas fica difícil. Vocês são contra tudo. Eu acho que o Ver. Oliboni mudou um pouco depois que não tiveram mais aquelas procissões lá no Partenon, perto da Tuca, que era um ato maravilhoso de educação, de tratamento à comunidade. Mas agora parece que ele quer morte, ele mudou, Cecchim. Lá era um anjinho, um anjinho na procissão, e como rezava; impressionante, aqui ele quer morte. Vocês apoiam os bandidos no Rio de Janeiro, que são uns anjinhos, parecem uns anjinhos, bem armados. Queriam que a

Polícia do Rio de Janeiro entrasse lá entregando rosas para eles. Era só o que faltava. Aquela CPI lá tem senadores corruptos que andavam junto com vocês. Matheus, o PSOL parece que saiu, mas ficou com a... (Problemas na conexão.) ...muito profunda do PT, é um puxadinho do PT. Descolem do PT que vocês não vão ter futuro, vocês querem ir pela mesma raiz do radicalismo, da truculência, até porque V. Exa. invadiu a Câmara quando não era vereador, quero ver invadir agora que é vereador. Era um avião lá, queria voar. Aqui não. Então peço a vocês um melhor comportamento, se vocês quiserem que os projetos de vocês sejam aprovados, vamos dialogar. Ou vocês acham... Vamos ser sinceros, gente. Se a pessoa está mal com Covid-19, chega um parente, um amigo, um médico e diz que tem ali os remédios, a pessoa vai dizer não? Eu já vi gente, graças a Deus não precisei, mas já vi gente que teve recita do médico, não é invenção do boliche da esquina, é na farmácia. Vocês estão acostumados a estar no boliche, o que é muito bom no interior e a gente sente falta, mas não pode ser assim, tem que ser uma coisa legalizada. Olha, diz aqui claramente: o Município só dará se tiver receita médica, anuência do Ministério da Saúde. Ninguém é irresponsável aqui, vocês têm que tratar a coisa como responsáveis, esta Casa é responsável. Vocês estão se tornando irresponsáveis, querendo votar tudo contra, penalizando tudo, indo para a Justiça. A Justiça vai querer administrar a Câmara de Vereadores agora? Vai querer se meter aqui toda hora, analisar processo, anular projetos que são votados pela maioria?

Para concluir, eu vejo que a política virou quanto mais tragédia melhor para alguns partidos, quanto mais morte melhor. Não, gente, não é assim. “Ah, Covid, CPI”. A CPI é política, vocês sabem que não dá nada. E quando nós tratamos política por política e por demagogia não dá certo, nós temos que ser responsáveis. Então, nós vamos votar favoravelmente porque o projeto vai depender do Ministério da Saúde; o Município não pode avançar. Concluo dizendo o seguinte: vamos moderar um pouco, vocês estão atropelando muito, no grito não vão ganhar, tem que ser no voto, na coerência e no diálogo. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 090/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente, cumprimento os colegas vereadores, público que está nos acompanhando e também os colegas vereadores que estão no modo virtual. Eu tenho acompanhado atentamente os debates e confesso que estou um pouco deslocado. Todo mundo aqui falou sobre Bolsonaro, sobre cloroquina, ivermectina, medicamento A, B ou C, e eu não vi nada disso no projeto. Aliás, acho que o grande mérito do projeto é falar aquilo que nós entendemos que já existe na própria Constituição e aquilo que é garantido como direito à saúde do nosso País, Ver. Ramiro. Inclusive, lá em Brasília, deixa ainda mais claro isso quando fala em Secretaria Municipal de Saúde, responsável pela disponibilização dos medicamentos ou suplementos no tratamento de pacientes com sintomas de Covid-

19, contanto que possuam prescrição médica e formalize, por escrito, a sua concordância acerca da terapêutica prescrita. Ora, eu não vejo nenhuma inovação do ponto de vista medicinal, aliás, não sou médico, não temos nenhum médico aqui, não me arrogo sequer na posição de debater medicamento, mas eu confio nos médicos brasileiros, confio nas entidades médicas brasileiras, confio na formação do médico brasileiro. E me estranha quando a gente faz um debate sobre liberdade e autonomia do médico e paciente – os médicos estudaram para isso. Quando tivemos os médicos cubanos que vieram para o Brasil e não quiseram fazer o Revalida, por exemplo, foi um grande debate sobre competência técnica, os médicos brasileiros são bons, são bem formados, eu tenho certeza de que vão saber falar para os seus pacientes qual é a melhor opção, qual é o melhor tratamento, quer seja ele ASS, quer seja um copo de água com gás, quer seja repouso, quer seja sei lá eu o quê, eu não sou médico. Aqui eu acho que o mais importante está passando batido, nós estamos fazendo um debate de falácia de espantalho. A falácia de espantalho é aquela em que você constrói uma imagem de algo que não diz respeito à realidade e debate com essa fantasia. E como a gente está debatendo Bolsonaro, medicamento A, B ou C, nós estamos debatendo um espantalho porque, no projeto, não há absolutamente nada que diga respeito a medicamento A, B ou C; não tem nada, Ver. Idenir Cecchim, não tem nada sobre governo de presidente A, presidente B, de partido A, B ou C, de ideologias tampouco. Fala única e exclusivamente sobre a liberdade de o médico, junto com o seu paciente, definir o melhor tratamento com os medicamentos que ele tem competência e conhecimento, não nós, vereadores, tampouco a justiça no juizado da Fazenda, tampouco Ministério Público, tampouco partido A, B ou C. Então, nesse projeto, nesse texto não há como divergir, não me parece haver como divergir; todo o debate de divergência ideológica, medicamentosa, para mim, não está contido nesse projeto, e por isso eu não vejo outra alternativa que não votar a favor do projeto. E faço justamente meus cumprimentos aos nossos médicos e a todos os profissionais da saúde que estão enfrentando essa pandemia com muita coragem, com muita resiliência, com muita retidão, e que terão responsabilidade inclusive responderão por isso, se não quiserem fazer aquilo que aprenderam e que fizeram má prática do seu conhecimento médico. Então, nós estamos muito bem abarcados pela legislação, muito bem abarcados sobre responsabilidade. E eu não vejo aqui esse risco de genocídio e de todas as demais falácias de espantalho que nós vimos no debate de hoje. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Como não há mais quem quera encaminhar, solicito ao diretor legislativo que proceda à coleta dos votos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 03.). Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 03 ao PLL nº 090/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Emenda nº 03 ao PLL nº 090/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLL nº 090/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PLL nº 090/21.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLCE nº 003/21. Após retornarmos à ordem normal.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, subscrevo o requerimento do Ver. Felipe Camozzato.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito realização de sessão extraordinária para dar continuidade à apreciação dos projetos constantes na Ordem do Dia.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Sr. Presidente, nós tínhamos feito um acordo no colégio de líderes, e estou bem lembrado de que a Ver.^a Comandante Nádia pediu prioridade no projeto de sua autoria na segunda-feira passada. Depois a pauta foi adiada, acabamos de votar hoje. Na sequência, eu fiz um requerimento para que, após o dela, entrasse o meu projeto de lei como prioritário, como o primeiro projeto do dia, que seria hoje. Nós já tínhamos votado isso, aí fica prejudicado o requerimento. Nada contra o projeto, apenas para perguntar em que momento está o projeto de minha autoria, para o qual nós já tínhamos aprovado a prioridade, inclusive para ser o primeiro da ordem do dia de hoje.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma questão de ordem.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, eu aguardo para fazer uma questão de ordem depois da votação do projeto. Por quê? Para não ser acusado por alguns vereadores governistas de querer atrasar com questões de ordem a votação. Passada a votação, tem coisas que não podem passar. A Ver.^a Comandante Nádia, bem como o Ver. Cassiá Carpes, quando vão defender o projeto ou ser contra o projeto, atacam sistematicamente a oposição, atacam inclusive com ofensas. Quando vou defender ou atacar um projeto, eu defendo e ataco o projeto, não o seu autor. É uma questão de ordem, porque isso não pode continuar. O Ver. Cassiá Carpes, por quem

tenho muito respeito, insiste em atacar o Ver. Matheus Gomes sempre, é a vítima preferida dele, e não vai continuar assim. Eu quero dizer à Ver.^a Comandante Nádia e ao Ver. Cassiá Carpes que nós não temos medo de vocês não, vocês mandam no governo e em quem depende de vocês, não na oposição. Nós vamos votar com a nossa consciência, não adianta ameaça de bolsonarista lá fora e nem aqui dentro. Nós vamos votar como nós pensamos, respeitem-nos, tomem algumas aulas com o líder do Governo, Ver. Idenir Cecchim, um gentleman, um homem que sabe discutir projetos, que não ataca autores, que não ataca opositores, que respeita a consciência. Aprendam com ele, vocês têm experiência e obrigação disso. Era essa a questão de ordem, Presidente. Nós não vamos mais aceitar isso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Pedro Ruas. Apenas para esclarecer aos vereadores que estão questionando sobre o conceito de “questão de ordem”. Existem dois encaminhamentos regimentais com relação à questão de ordem: um com relação à ordem dos trabalhos; outro para solicitar censura do presidente contra ao pronunciamento de vereador que caracterize expressão, frase ou conceito injurioso. Então, peço a compreensão dos vereadores, quando do encaminhamento das questões de ordem, quando o vereador reclama do encaminhamento, da forma como é feita a pronúncia de determinado orador, ele está pedindo uma questão de ordem.

(Aparte antirregimental)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): É o que ele argumentou, ele fez um registro da questão de ordem e conforme o Regimento. Agora, se não há o entendimento, o encaminhamento da questão de ordem está feito. Digo isso apenas para que fique consignado.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, eu fui citado fora da questão de ordem. O Ver. Ruas está batendo recorde em questões de ordem e que, muitas vezes, não é questão de ordem. Ver. Ruas, aqui o senhor não vai mandar. Aqui não é a Assembleia, aqui não é um lugar em que o senhor manda e faz o que quer. Tem de obedecer a ordem aqui. Aqui tem um regulamento, pouca questão de ordem, porque não tem fundamento essa questão ordem.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está esclarecido, pessoal. (Lê.): “Art. 193. Questão de Ordem é a interpelação, em termos educados, à Presidência dos trabalhos, quanto à interpretação deste Regimento, devendo o interpelante, preliminarmente, invocar o artigo que a fundamenta, como condição para que o Presidente possa recebê-la. Parágrafo único. Cabe ainda Questão de Ordem para solicitar censura do Presidente a pronunciamento de Vereador que contenha expressão, frase ou conceito injurioso.”

Então, o Ver. Pedro Ruas, quando ele faz esse encaminhamento ao Presidente, este considera ou não o encaminhamento da questão de ordem e faz ou não a censura. Como não é o caso, fica o registro do encaminhamento da questão de ordem registrado. Está bem, está compreendido?

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Presidente, só para endossar, novamente, o que o Ver. Cassiá falou, questões de ordem têm de ser fundamentadas em artigo do nosso Regimento. Temos visto aqui várias questões de ordem que não são fundamentadas, tem sido uma tribuna para muitos vereadores. Então, gostaria que o Regimento fosse, realmente, cumprido na sua risca, porque aqui ninguém é comentarista e ninguém vai sofrer censura de Pedro Ruas ou seja quem for. Obrigada.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu fui atacado, injustamente, aqui também. Ninguém vai ser ofendido aqui.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradeço. Com relação aos encaminhamentos, o que eu tenho a considerar: nós temos a reunião de líderes que, efetivamente, organiza a ordem dos trabalhos, mas o plenário é soberano, Ver. Oliboni. É bem verdade que a reunião do colégio de líderes definiu que o projeto do Ver. Oliboni seria o primeiro. Então...

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, diante do pedido do governo e, obviamente, se fosse para votação, o governo tem maioria, e nós temos sensibilidade também para querer priorizar projetos desta natureza, no caso do meu projeto, e, como V. Exa. falou, foi um acordo do colégio de líderes, o que a gente sempre cumpriu, mas diante do adiantado da hora e considerando que o meu projeto vai ter uma discussão longa e em dois turnos, acordei com o líder do governo para o PELO nº 002/17 ser a primeira matéria a ser apreciada na priorização da Ordem do Dia de quarta-feira, 12 de maio de 2021.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma questão de ordem.

Vereador Claudio Janta (SD): Queria dizer que ninguém está perseguindo ninguém aqui. Do fato histórico, eu sou testemunha dos dois. Na primeira invasão da Câmara, o vereador estava presente; na segunda, o Ver. Jonas estava presente. Sou testemunha, Sr. Presidente, porque, nas duas vezes, eu estava na tribuna falando, quando os hoje vereadores desta Casa invadiram esta Câmara. Então, ninguém está perseguindo ninguém, ninguém está falando mentira nenhuma aqui. Só para registrar esse fato.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Fica o registro. Agradeço. Temos a convicção de que as opiniões dos vereadores são as mais diversas, e fica tudo isso consignado.

Com relação à inversão da ordem dos trabalhos, a prerrogativa é do vereador, e o plenário é soberano. Com a compreensão e com o encaminhamento do Ver. Oliboni, então, acredito que podemos votar simbolicamente.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando apreciação imediata do PLCE nº 003/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando que o PELO nº 002/17 seja a primeira proposição a ser apreciada durante a Ordem do Dia da sessão prevista para a próxima quarta-feira. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Quanto ao encaminhamento do Ver. Ramiro, que fala de uma sessão extraordinária, não necessariamente teríamos de fazer uma sessão extraordinária, apenas a prorrogação, pelo art. 145 do Regimento, que autoriza a prorrogação da sessão por até duas horas. Sendo assim ficamos dentro da mesma sessão. Estão de acordo? O Vereador retira o seu requerimento, e a gente acerta que vamos prorrogar, se for necessário. Isso?

Então, em votação o requerimento do Ver. Ramiro Rosário, anteriormente apresentado, solicitando a prorrogação da presente sessão, nos termos regimentais. (Pausa.)

Por gentileza, diretor, vamos fazer a votação nominal, considerando a solicitação do Ver. Robaina.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina, o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que solicita a prorrogação da sessão por mais duas horas. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está aprovado, então, o requerimento do Ver. Ramiro Rosário, e, de acordo com o art. 145, a sessão será prorrogada por mais duas horas para discussão e votação de matérias constantes na Ordem do Dia.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0133/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 003/21, que institui o Programa Municipal de incentivo ao desenvolvimento de setores estratégicos de alta tecnologia (Programa Creative) no Município de Porto Alegre. (SEI 118.00054/2021-81)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Moisés Barboza: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Jessé Sangalli: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 05-05-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCE nº 003/21. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo desta cidade, muitas vezes nós nos pegamos nos engodos. Nós, às vezes, não nos damos conta do que estão fazendo nesta tribuna, do que está tramitando nesta Casa, do que alguns parlamentares propõem para a cidade. Às vezes, tu ouves o discurso, tu lês a justificativa de um projeto, e pensas: vai avançar, agora Porto Alegre vai avançar, é agora que ela sai do atoleiro. Aí tu vais lendo, tem um parágrafo, tem uma linha, tem uma palavra ali escondida, é ali o jabuti. E aí quem é que ganha? São sempre os de sempre. Sempre são os de sempre que lucram nesta cidade. Eu não vejo um projeto de auxílio emergencial para quem está passando fome. Agora, para aqueles que chegam nos gabinetes e trazem motivações, muitas vezes ocultas, para esses tem PLs, para esses há projetos de lei, para esses há ideias de avançar. Mas avançar para quem? Avançar para quem? Falam que não há dinheiro, chegam aqui e dizem: “Não tem dinheiro para educação”, “Não tem dinheiro para a saúde”, “Não tem dinheiro para a assistência”. E aí vem um projetinho de isenção. Isenção! E quem vai dar a isenção? Nem o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia está incluso para debater quem vai receber o selo ou não. Nem o Conselho! Porque não querem o povo decidindo. Querem só uma turminha pequena dizendo quem vai receber o selo da isenção. É legal isso, não é? Agora, eu quero ver se é legal daqui a quatro anos irem pedir votos na periferia e dizerem lá: “Olha, eu fiz uma isenção.”, “Mas era para mim?”, “Não, não era para ti. Era para uma turma lá de um projeto de lei. E aqui chegou a cesta básica, auxílio emergencial, chegou vacina, chegou emprego, chegou escola de educação infantil?”, “Não, não chegou!” E a isenção? Chegou para quem a isenção?

Então, na semana passada foi a estocada na Procempa - empresa pública massacrada, Presidente Bins Ely. Empresa pública do povo de Porto Alegre, 40 anos de idade. E agora vem mais uma aliviada no privado. Eu quero ver isenção para os padeiros, isenção para os trabalhadores do microempreendedorismo, para o dono de pequenos estabelecimentos! Não, isso não! É para empresas grandes. Aqui não traz nem um diferencial em cima do faturamento, de repente, das empresas; empresas pequenas,

de repente, ganham uma isenção. Empresas grandes, não. Mas o que é isso? Isso é um escândalo, povo de Porto Alegre! É um escândalo! Isenção por isenção. Não! Temos que ter critérios, temos que isentar, sim, os pequenos, os que não conseguem sobreviver na pandemia. Mas aí o discurso, na justificativa, é: precisamos avançar no mercado da tecnologia. Mas avançar para quem? Essa é a pergunta, cidadania sofrida com o desemprego! Não é avançar para criar mais empregos na Restinga, não é avançar para criar mais empregos no Lami, na Cruzeiro. É avançar na isenção do empresariado. É não é, Ver. Aldacir Oliboni, o microempresariado do Morro da Cruz! Não, Ver. Giovane Byl! Não é o microempresariado da Bom Jesus, da Mário Quintana! São os empresários com conhecimento de mercado, que sabem onde colocar o dinheiro; e agora eles querem dar um presente para eles, o presente, Ver.^a Reginete Bispo, mais uma pá de isenções. Que beleza! Que beleza é ser amigo do rei, que beleza é não morar nas periferias, não é? Porque aí não tem voz. Porque aí parece que não tem voz, mesmo! Então, é muito triste estarmos nesse movimento coletivo que nos deixa em maus bocados em Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Este projeto aparentemente tem mérito na sua proposta, que é aumentar a competitividade de Porto Alegre frente a outras cidades, em relação ao ISS. Nós sabemos que já existe uma outra lei que faz um abatimento nesse valor para empresas de tecnologia, um abatimento nesse imposto. Ocorre que este projeto de lei vem para a Câmara sem qualquer tipo de planilha que demonstre o impacto fiscal dessa isenção de que abre mão, então, de arrecadação, a Prefeitura de Porto Alegre. Neste momento em que temos milhares de porto-alegrenses no desemprego, necessitando de auxílio emergencial, necessitando de cestas básicas, necessitando de um transporte público - onde faltam, por parte da Prefeitura, e isso já foi argumentado aqui nesta Casa, recursos para serem alocados, ou a Prefeitura abdica de alocar recursos no transporte público -, e hoje existe uma superlotação no transporte público que expõe os trabalhadores e trabalhadoras de Porto Alegre à Covid-19. Dentro desse cenário de desestruturação econômica, estamos abrindo mão de impostos para um objetivo não claro, num período em que estamos trabalhando pela privatização da Procempa, nós, então, investimos a nossa energia para votar um projeto quase que simultaneamente, que, em tese, favorece as *startups*, que teriam interesse direto em se apropriar daquele mercado, então, que estaria aberto a partir da última votação que fizemos aqui, que é o início da privatização da Procempa. Claro que precisamos entender que existem empresas da tecnologia da informação que, de fato, necessitam de tal suporte, e que inclusive, como eu já falei, existe uma outra lei que faz essa isenção. Mas nós não podemos, neste momento de crise, sem qualquer tipo de cálculo, porque chegou na CEFOR uma planilha totalmente superficial, sem informações relevantes que

demonstrem qual será o impacto nas contas públicas a partir da aprovação deste projeto de lei. Isso é inaceitável, a Câmara de Vereadores não pode ser simplesmente um cartório para cancelar projetos do Executivo. Nós temos que ter as informações de forma clara, temos que saber qual será o impacto financeiro, para quais empresas serão direcionadas essas isenções, ou esse abatimento de ISS, e, ao mesmo tempo, temos que entender, e a população de Porto Alegre precisa entender que relação isso tem com a privatização da Procempa, com o processo de entrega do patrimônio público à iniciativa privada, com o favorecimento de empresas num contexto de disputa, agora desigual, com o poder público, que sempre prestou, nesse campo, o melhor serviço possível. Lembrando que há muito tempo a tecnologia da informação da nossa capital é gerida pelo grupo que hoje está no poder; já há quase 20 anos estamos com essa administração. E se temos problema, por exemplo, na Procempa, isso é responsabilidade da administração que vem lá do Fogaça e chega em Sebastião Melo, que é o mesmo grupo que administra a nossa capital. Então, vamos pensar a respeito, pensar em quais são os interesses obscuros que se encontram neste projeto. E nós encaminhamos o voto contrário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Sobre esse tema, a questão da isenção tributária de ISS para as empresas de tecnologia, eu acho que é um tema importante, eu entendo o argumento dos vereadores de oposição, que tentam encontrar problema em todas as pautas econômicas, inclusive nessa, mas às vezes eles encontram e às vezes não encontram. E acho que o argumento que foi utilizado contra este projeto não procede. Não se trata de dar isenção tributária para grandes empresas, empresas multimilionárias, que podem vir buscar no Município de Porto Alegre um local para sediar o seu centro comercial, o centro econômico da sua empresa de tecnologia. Na verdade, se nós formos parar para pensar na natureza das empresas de tecnologia, e consta também no projeto, é das mais variadas, não é colocado ali um limite mínimo nem máximo. Então, qualquer programador que quiser situar, situar a sua empresa no Município de Porto Alegre, poderá, em busca dessa diminuição dos tributos de ISS sobre os serviços que vierem a prestar, reduzindo o ISS dessas empresas na ordem de 5% para 2%. Foi colocado no projeto esse limite chamado de limite prudencial de redução de 3% justamente para impedir que aconteça o que é a preocupação da esquerda aqui, que é diminuir sobremaneira a arrecadação de impostos no Município. É nesse sentido, na questão da instalação dessas empresas, levando em consideração também que as empresas que já estão instaladas poderão requerer esse direito de abatimento de impostos, porque não se pode discriminar uma empresa que já está instalada, por conta da necessidade de se buscar atrair novas empresas.

Mas uma coisa que não foi levada em consideração por aqueles que são críticos do projeto é que esse tipo de empresa, empresa de tecnologia, literalmente pode se instalar em qualquer lugar do País que vai conseguir trabalhar, porque ela lida com informação. A informação, no meio digital, não tem peso, não tem tamanho, não ocupa espaço; ocupa memória de computador, e, o principal, o conhecimento e a engenharia de informação daqueles que são os membros que compõem a empresa. Então, eu entendo que nós estamos competindo, na verdade, por atrair empresas para se beneficiarem dessa diminuição de impostos, de outras cidades para Porto Alegre. Eventualmente, alguma empresa que tenha sede em outras cidades, que declare seus impostos em outras cidades, faz toda a sua organização gerencial em outras cidades poderá migrar para a cidade de Porto Alegre e continuar mantendo, agora, toda a sua estruturação, mas mantendo a cidade de Porto Alegre como centro de referência para a declaração do seu Imposto de Renda, para pagamento do impostos, e, com isso, a cidade de Porto Alegre acaba lucrando, trazendo para cá, numa espécie de batalha fiscal, para que essas empresas possam, de maneira legal, crescer da melhor maneira possível e para nós, que estamos competindo com todo o Brasil, seria interessante, porque quanto mais empresas trabalhando aqui, ou que tenham o seu CNPJ vinculado ao Município de Porto Alegre, ou gerem emprego aqui de maneira mais próxima, vai ser melhor para a nossa cidade. Então, eu entendo que nós não estamos abrindo mão de recita; estamos abrindo oportunidade para que empresas de tecnologia, e lembro aqui que quando teve a votação do fim do monopólio da Procempa, tivemos a presença do SEPRORGS, que é um sindicato de empresas de tecnologia da informação, que tem vinculadas a ele cerca de 17 mil empresas de tecnologia da informação que deram apoio ao fim do monopólio da Procempa, e que com certeza vão pensar na cidade de Porto Alegre como um local onde essas empresas poderão ser bem recebidas. Eventualmente alguma dessas empresas, 17 mil, poderão migrar para a capital do Estado, resolvendo o problema que foi citado pelos vereadores da oposição, que mesmo com menor percentual de imposto, isso pode acabar resultando no aumento da arrecadação da cidade, e isso pode ser benéfico para todos. E lembrando que estamos uma competição com todas as cidades do País, porque hoje uma empresa de tecnologia da informação pode estar sediada em qualquer cidade, e nós estamos competindo, por exemplo, com Florianópolis que também é um *hub* de tecnologia da informação, e a única forma que a gente tem para atrair essas empresas é dando incentivos, como está sendo proposto pela Prefeitura de Porto Alegre. Vamos encaminhar favoravelmente, o projeto é louvável, e precisamos justamente que outros impostos reduzam para que a economia local acabe se beneficiando com essas e com outras empresas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Senhor Presidente, senhores vereadores, senhoras vereadoras, achei importante a fala do vereador Leonel Radde porque ele entendeu o espírito do projeto, que é atrair empresas e empregos para Porto Alegre. Depois, ele fez o que ele tem todo direito de fazer como vereador de oposição, mas ele entendeu o espírito do projeto, e isso eu queria deixar destacado. O vereador Jonas, por alguns momentos eu achei que ele estava pensando que era vereador de outra cidade aqui ao redor de Porto Alegre, porque ele não quer projetos que tragam empregos para Porto Alegre. Ele acha que se é projeto de empresa, vereador Mauro Pinheiro, é ruim. Só que essas empresas é que dão emprego, e os caras que têm um emprego, as pessoas que têm emprego nas empresas de tecnologia - como exemplo aqui vou citar exemplos da PUC, da Tecnopuc, mas tem outros -, os crachás desses empregados têm um salário muito mais elevado. As empresas das capitais todas do mundo, as indústrias de chaminé, foram embora, e nós temos que substituir isso por empresas de tecnologia, por empresas que vendam mão de obra. Nós temos um exemplo em Porto Alegre das empresas de *call center*, por exemplo. Quantos empregos elas geram? Muitas vezes é mais importante o número de geração de empregos do que o próprio imposto com que contribuem. As empresas de tecnologia - o vereador que me antecedeu, Jessé Sangalli, disse muito bem - podem trabalhar remotamente lá de Florianópolis, trabalhar de Goiânia, trabalhar de outros municípios, mas nós queremos que elas venham para Porto Alegre para dar emprego inclusive para a periferia, vereador Jonas. É por isso que nós queremos empresas em Porto Alegre, não é para dar emprego no Moinhos de Vento, na Bela Vista; também é, mas nós queremos dar empregos e oportunidades para todas as pessoas que precisam, principalmente a juventude que tem facilidade de aprender uma profissão na tecnologia da informação, e nós precisamos estar preparados em Porto Alegre. Vou dar um exemplo, nós tínhamos - e temos - uma empresa, na Av. Sertório, chamada AEL Sistemas, que produz os painéis dos aviões de quase toda América Latina. É uma empresa israelense, subsidiária da Elbit System, de Israel. Eles pagavam 5% estavam quase indo embora, e nós fizemos com o prefeito Fogaça uma proposta e fomos a Israel oferecer: “Se nós diminuirmos de 5% para 2%, vocês conseguem, durante dois anos, manter o mesmo valor absoluto do que pagam a 5%?” “Sim, nós em seis meses vamos fazer isso”. E não teve dúvida, é uma das empresas que mais recolhe ISS em Porto Alegre, e que dá emprego para muitos engenheiros eletrônicos que são professores na UFRGS, professores na PUC, professores de universidades depois de terem feito estágio de dois ou três anos em Israel. Nós não podemos ter uma visão curta de ver o amanhã, nós precisamos ver o amanhã, ver o depois de amanhã, e precisamos ver daqui a cinco ou dez anos. Esse tipo de profissional que tem numa empresa como essa, que ficam dando aulas em Porto Alegre, criam uma nova geração de pessoas, de jovens para o futuro, deles, da família deles, mas também o futuro da cidade de Porto Alegre. Este projeto é um projeto muito importante. Depois desta votação, nós vamos dar uma notícia positiva, vereador Camozzato, e nós precisamos muito fazer coisas positivas pensando no futuro. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu gosto de me ater, claro, ao projeto, e eu não sou... (Problemas na conexão.) ...mas o projeto em si, ele traz algo que, como dizia o ex-governador Brizola, mexe em dinheiro público. Toda vez que se deixa de arrecadar, é exatamente igual a gastar errado. Então, nós temos que ver esta conta chegar, de prejuízos e benefícios. Pode haver uma boa intenção do governo, claro que sim. O problema é que o projeto, neste aspecto, é mal elaborado porque não garante para o Município qualquer renda mínima. Por outro lado, a questão da disputa, da guerra fiscal, nem sempre ela é boa para o município ou para o Estado, ou até para um país, numa situação limite. Eu gosto de lembrar que, em 2016, já falei aqui, dei nome e sobrenome, e dou de novo, quando a empresa Innova ganhou R\$ 380 milhões de incentivo do governo estadual, do governo Sartori – votei contra, obviamente -, e gerou cinco empregos no Estado. O nome do proprietário desta empresa é Lírio Parisotto, um dos homens mais ricos do Brasil. Gerou cinco empregos e ganhou R\$ 380 milhões de isenção fiscal. Então quando se abre mão... Este projeto não dá as informações necessárias, e mais, ele não é colado em nenhuma política social. Eu vejo o governo abrir mão de dinheiro, mas não vejo, por exemplo, ele associar isso à distribuição de cestas básicas nas comunidades periféricas altamente necessitadas. E como o governo não diferencia o grande do pequeno, quem ganha é o grande. Sempre, e não é só aqui, é sempre. Repito: não discuto as intenções do governo... (Problemas na conexão.) ...mas o projeto não leva a isso, o projeto leva a uma perda de arrecadação significativa, claro, quando passa de 5% para 2%. E eu trago o exemplo de Porto Alegre de 1993, quando nós acabamos com as isenções para o setor financeiro, para os bancos, de ISSQN, e muitos vereadores na época, e não vou dar o nome aqui por respeito, pois muitos já faleceram, diziam: “Mas aí, tira a isenção e eles vão embora da cidade”. Não foram! Nenhum banco foi embora da cidade. Nenhum. Então é uma situação que nós temos que analisar muito detidamente, com muita cautela, porque o dinheiro que não entra é dinheiro público, é dinheiro do povo, vocês devem saber disso. Então essa cautela toda é necessária e este projeto não estabeleceu isso. Tem que ter audiência pública, tem que ter um debate muito maior. Evidente que sim! Eu não acho, prezado líder Idenir Cecchim, que seja mal-intencionado, mas é um projeto perigoso porque nos tira receita, perigoso porque nos tira arrecadação. O poder público vive essencialmente de arrecadação derivada de tributos, de impostos, de taxas, de multas, e se retira isso, como o governo Melo já retirou multas de pessoas que não cumpriram os prazos na pandemia, os que foram multados no período dos horários das bandeiras vermelha e preta. Quando se abre mão de arrecadação é claro que nós vamos ter uma... (Problemas na conexão.) ...e do jeito que está o projeto, respeitando as suas intenções... (Problemas na conexão.) ...pois não as conheço, ele não pode ser aprovado. Não tem debate, acúmulo de conhecimento suficiente para sua aprovação porque não é dinheiro nosso, é dinheiro do povo. O que vem para cá é o dinheiro que iria para benefícios sociais, supostamente, para sustentação da própria máquina do governo. Então, não podemos abrir mão de um

dinheiro que é do Erário municipal, a não ser que fosse algo comprovadamente benéfico, o que não é o caso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/21.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa noite. Desculpem o adiantado da hora, mas eu não poderia deixar de manifestar aqui o porquê, por óbvio, a bancada do PSDB é favorável a este projeto. Na CEFOR, tive a oportunidade de ser relator, e muito se fala aqui, inclusive vou responder ao vereador Leonel Radde, uma parte foi respondida, mas uma parte vou responder no campo político: o governo Marchezan, o governo do PSDB, já defendia quando convidou vários vereadores para fazer uma missão - e o vereador Idenir Cecchim foi muito modesto, pois ele foi aos Estados Unidos nesta missão - para ver a questão de incentivos a um modelo de 4º Distrito que teve sucesso nos Estados Unidos. Outros vereadores também acompanharam, inclusive o vereador Ricardo Gomes, hoje vice-prefeito. Então a diretoria de inovações tecnológicas do governo anterior, do governo do Marchezan, já falava em estímulos e incentivos... (Problemas na conexão.) ...mas todos focados na inovação tecnológica, na inovação social, e lembro do diretor Paulo Ardenghi, do diretor Fernando...

Inclusive esta Casa, recentemente, aprovou por unanimidade uma homenagem ao professor Juan Pablo Boeira, morador de Porto Alegre, que todos conhecem, idealizador da Cow Parade, e é extremamente importante que a gente deixe claro que não é assim... A gente respeita a visão do mundo e as opiniões divergentes, mas ao dar incentivo nós esperamos ter aumento de recolhimento aos cofres públicos, atraindo investimentos. É impossível prever hoje o quanto isso vai impactar positivamente nos cofres da administração da capital quando nós incentivarmos cada vez mais setores como o do desenvolvimento tecnológico, da inovação tecnológica e da inovação social. E por fim, repito aqui, e quero falar com todo respeito ao vereador Leonel Radde que discordo sobre um grupo político estar há vinte anos no poder. Nós tivemos alternância, o governo não está como na era do PT, com o mesmo partido à frente da administração, e toda a administração dá a sua contribuição. Então, da administração que foi a última, para esta, a visão de incentivar é a mesma. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/21.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Boa tarde ou boa noite aos colegas vereadores e vereadores, para o público que ainda nos acompanha pela TV e pelo YouTube. Eu me inscrevi aqui para este ponto porque tenho muitas dúvidas, e também para dizer que ser oposição é cumprir um papel, o papel de questionar, de pedir nitidez aos projetos. Nós sabemos que somos minoria aqui, mas nem por isso, por ser minoria, nós vamos abrir mão da nossa responsabilidade enquanto legislador de fazer as devidas cobranças e os devidos questionamentos. Agora, precisamos de tolerância de quem é maioria para poder fazer os devidos questionamentos com a qualidade e a profundidade necessária. Este projeto aqui, de incentivo fiscal para empresas de inovação tecnológica, eu acho que ele tem seus méritos, mas ele precisa ser avaliado com maior profundidade. Primeiro, já foi dito aqui por outros vereadores que me antecederam que o Município de Porto Alegre e o País vivem numa absoluta crise humanitária. São milhões de pessoas passando fome e nós temos dados, dados muito precisos, de que, durante a pandemia, não houve aumento do PIB, entretanto, os empresários, os ricos, ficaram mais ricos, e os pobres, mais pobres. Então isso quer dizer o quê? Houve transferência de renda dos pobres para os ricos. Toda vez que se propõe uma isenção de impostos para empresários, nós temos que pensar: isso vai impactar em quem? Vai beneficiar quem? Geração de trabalho e renda? Geração de trabalho, de empregos? Sim, de empregos, mas também é bem verdade que as empresas não existem sem mão de obra, sem o trabalhador. Isso ficou muito nítido durante essa pandemia, quando a gente vê os empresários forçando os trabalhadores a voltarem para a frente de trabalho mesmo que isso represente um risco iminente às suas vidas. Quem vai se beneficiar com essa isenção de impostos?

Nós temos aqui um projeto que já foi apresentado pelo Executivo, que é o RecuperaPOA, são bilhões de isenções, de perdão de dívidas de empresários, inclusive de banqueiros. Então eu quero entender o que o Executivo está propondo, em plena crise financeira, que não consegue dar um auxílio emergencial municipal para as pessoas que estão morrendo de fome, no entanto, vem propagando isenção para grandes empresários. A outra questão que eu gostaria de entender também é que, recentemente, esta Casa tirou o poder da Procempa de avaliar as empresas contratadas pela Prefeitura de Porto Alegre, e foi criado um comitê, proposto pelo vereador Idenir Cecchim, líder do governo aqui, e agora, nesse caso da isenção de impostos para empresários, aqui tem um que se propõe que quem vai avaliar, quem vai dar certificação para essas empresas é o tal de comitê vinculado ao Gabinete do Prefeito, que está composto com uma representante do Gabinete de Inovação, um representante da Secretaria Municipal da Fazenda e um representante Secretaria Municipal de Desenvolvimento. Ou seja, não tem um mecanismo de controle social sobre essas isenções. Não tem conselho de ciência e tecnologia, não tem nem um próprio comitê que o governo criou para ter controle sobre as empresas de ciência e tecnologia. Então eu gostaria de ouvir do representante do Executivo Municipal, de quem está propondo esse projeto, essas explicações. Eu gostaria também que houvesse uma demonstração séria do impacto financeiro para o Município de Porto Alegre, que diz que está com crise financeira. Nós não somos contra nenhum projeto proposto pelo Executivo, mas esse projeto tem que

ser sério, tem que dialogar com o povo, com as necessidades do povo da cidade de Porto Alegre. Então espero que a gente consiga aprofundar o debate em torno desse projeto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Amigo Márcio, meu caro Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, pessoal que está nos assistindo; eu estou acompanhando atentamente o debate, mas eu sou favorável ao projeto e tenho conversado sobre isso há mais de 30 anos. Nós vivemos num país onde a guerra fiscal se intromete nas coisas de todos os municípios do país inteiro e dos estados também. Ou seja, cada vez mais se tenta reduzir a carga tributária para atrair empresas. Isso é uma realidade. E Porto Alegre, essencialmente, na questão de TI, eu vou repetir, acredito que a Procempa tenha muito mais capacidade de avaliar isso do que dois secretários ou outro técnico qualquer. Mas em todo caso, as coisas ficaram assim, mas o projeto é bom para a cidade de Porto Alegre, porque nós precisamos manter as empresas que estão aí de TI e atrair outras. Então se nós passarmos de 5% para 2%, nós temos um mecanismo de atração de empresas. E eu vejo isso como necessário em razão da guerra fiscal, se não fizermos isso, os outros vão fazer. Portanto, vou votar favorável ao projeto, acho que ele tem mérito e ajuda Porto Alegre. Abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra discutir o PLCE nº 003/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Colegas vereadores, público que nos assiste através da TV Câmara, da nossa Rádio Web e todas as redes sociais; 22 anos se passaram, 22 anos! Eu acredito que o vereador Matheus e o vereador Jonas eram meninos ainda. Mas o discurso continua o mesmo, não mudou nada; 22 anos desde se ouviu o discurso que nós, o Estado do Rio Grande do Sul, estávamos dando isenção de imposto que não existe. Foi o que aconteceu quando a Ford foi embora. Aqui, queria se instalar em Guaíba e olhem o que é Gravataí hoje com a GM, o que é Guaíba sem a Ford; olhem o que é Guaíba com a Celulose, e olhem o que é Alvorada sem a Celulose. Então nós estamos falando de algo que não existe, é um imposto que não existe, e se existe, o Prefeito Jairo Jorge, do PT, em Canoas, há 16 anos, deu a maior redução de ISSQN da história do Estado do Rio Grande do Sul e trouxe grandes empresas para Canoas. Nós estamos falando de algo que não existe, é TI. Estamos falando de TI, nós estamos falando de empresas que não virão para Porto Alegre se nós continuarmos com esse tributo. Nós estamos falando da Procempa e a redução dos seus impostos também,

porque a Procempa é uma empresa pública, mas ela paga os impostos. Nós estamos falando de algo que permitiu que os *call centers* ficassem aqui em Porto Alegre. Vários *call centers* estavam indo embora de Porto Alegre, zerando milhares de empregos, em função de imposto. E “passa a ponte”, como vários dizem, ou é zero ou cai pela metade. Então nós estamos voltando para uma tecla que: “Se existe o projeto, eu não quero aperfeiçoar, eu quero ser contra; se existe projeto, eu não quero fazê-lo gerar emprego, eu quero ser contra”. Hoje o que mais assola um trabalhador, um desempregado, um pequeno empreendedor ou qualquer outra pessoa é a alta carga tributária. É isso que tira a comida da mesa das pessoas, é isso que tira os postos de trabalho; é isso que não permite que a economia gire, a grande sede arrecadatória dos governos federal, estadual e municipal. Então quando a gente entra com uma proposta de redução de impostos, uma proposta de dar um tributo para quem nem está instalado aqui, a possibilidade de trazer para cá novas empresas, a gente diz que é contra porque a proposta não foi da gente. Aí, se diz que descobriu a roda, agora na questão do sistema de transporte, que é onerar mais ainda o empregador. Porque não tem como tu acabares com uma lei federal, e o vale-transporte é uma lei federal, me desculpa, aqui, agora, mas se a empresa não der o meu vale-transporte e pagar R\$ 100 para a ATP, seja lá para quem for, e não me der o meu vale-transporte, eu entro na justiça e tenho direito ao meu vale-transporte, porque é uma lei federal. Uma lei municipal não pode ser superior a uma lei federal, tem que mudar a Constituição, aí pode. Agora, a redução de um imposto que não existe; redução de uma receita que não existe; redução de um emprego, a ampliação do emprego que não é criado, como foi o caso da Ford, como é caso da Celulose aqui em Guaíba. O Rio Grande do Sul, quando vieram as empresas de celulose para cá: “vai virar um deserto mesmo”. Primeiro, eu nunca vi um deserto mesmo, deserto é morto, deserto não tem vida. E nós perdemos, em média, três empresas de celulose, que estão aqui ao lado, no Uruguai; que estão aqui ao lado, na Argentina, e os caminhões circulando aqui no Rio Grande do Sul. E hoje nós temos ali em Guaíba -, porque não aceitamos o ICMS da Ford, não aceitamos a instalação da Ford - um pátio da Toyota que produz as suas camionetes na Argentina e usa ali como transbordo. É isso que nós queremos para a nossa cidade? Que nós temos que desenvolver o 4º Distrito, que nós temos que desenvolver o Extremo-Sul, e podemos trazer essas empresas para lá? É isso que nós queremos para desenvolver a nossa cidade? Então eu acho que quando a gente avança com um projeto de algo que não existe, nós estamos avançando. Por isso que eu digo, quando a gente avança com um projeto de algo que não existe. Porto Alegre não está nem engatinhando; Porto Alegre está que nem o neném do Bobadra - que hoje nos acompanha aqui -, está dormindo um sono profundo como um bebê dorme, na questão da tecnologia. E nós temos a chance de atrair essas empresas para a nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada da discussão.

Em votação o PLCE nº 003/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, colegas vereadoras, colegas vereadores, público que acompanha esta Sessão; vocês dariam, colegas vereadores, Vs. Exas., Isenção de 2% para a Ceitec? A Ceitec que os governos federal e estadual querem fechar, uma empresa de tecnologia de informação, de tecnologia que é referência aqui no sul do Brasil, empresa pública. Será que esse projeto de lei não tem endereço certo? Ou as isenções são uma prática dos partidos capitalistas ou neoliberais? Olhem o que ganha de isenção a Gerda, por exemplo, não é pouco, são milhões. Para onde vai, ou para onde iria esse recurso que, até então, o governo municipal abre mão de 5% para 2%? O governo municipal há quatro anos não dá reajuste para o servidor público; o governo municipal quer fazer uma Reforma da Previdência porque diz que não tem recurso para pagar suas contas; o governo municipal não comprou a vacina. O governo municipal diz que não tem recursos e agora abre um precedente de isentar impostos para as empresas que mais ganham em tempos de Covid-19. Ou o trabalho remoto não tem importância neste momento? São as empresas que mais estão ganhando, as empresas que mais estão gerando receita e que poderiam dar, sim, neste momento, maior contrapartida, para poder resolver a situação da pandemia. E ajudar os pequenos que até então estão quebrados ou estão quebrando. Nesse sentido, há uma enorme preocupação. Na medida em que o governo quer privatizar - privatizou, nesses dias, a Procempa -, fala em privatizar a Carris, fala em privatizar o DMAE, e agora abre precedente de isenção de impostos para a tecnologia da informação. Esse filme a gente já viu em nível federal, em nível estadual, e agora em nível municipal. Obviamente que estão todos com endereço certo, com certeza, até porque na privatização da Procempa nós vamos perceber que muitas empresas que vão concorrer aos serviços ora oferecidos terão essa isenção e, com certeza, ganharão muitos contratos. Então, nesse sentido, queria dizer que é uma obviedade que, se fosse um projeto para reduzir as desigualdades; se fosse um projeto para levar serviços lá na comunidade; se projeto para poder criar um programa de incentivo ao microcrédito para o pequeno, obviamente, que nós somos parceiros. Mas isentar aqui os grandes é que não temos acordo. Por isso, obviamente, votaremos contrariamente respeitando, obviamente, a posição de cada bancada.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/21, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu quero insistir nessa tecla, de um exame mais detalhado o projeto, porque, insisto nisso, isso aqui só tem garantia de isenção. Abrir mão de receita, abrir mão de receber valores que são vitais e necessários para a nossa cidade,

todos sabem disso, não há debate sobre isso, todos sabem, isso é consenso, é muito perigoso, é muito arriscado. Se nós pegarmos o número de isenções e quem são as pessoas isentas em Porto Alegre, nós vamos ter uma surpresa, como tivemos quando abrimos o Fundopem no Estado. Quem recebe auxílio do Fundopem, que foi criado para o micro e pequeno empresário, é a Philip Morris, é a Gerdau, é a Videolar-Innova, essas são as beneficiárias dessa isenção. Nós sabemos que isenção é abrir mão, repito, do dinheiro, que não é do governo, é do povo de Porto Alegre. Um projeto parecido com aquele, o IsentaPoa. Respeitamos as intenções, mas isso aqui não vai cumprir meta alguma, isso aqui simplesmente é bom para empresário, e geralmente ganha de empresário, pode beneficiar o pequeno, mas não é para ele que é dirigido, senão seria feita a distinção, que não está sendo feita. Então, encaminho contrariamente, Sr. Presidente, pela oposição aqui na Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado, Presidente. Eu gostaria de encaminhar a posição da bancada do PSOL sobre este projeto, porque, mais uma vez, o Executivo, a Prefeitura, Sebastião Melo traz à Câmara de Vereadores uma proposta que é danosa ao conjunto da cidade nesse contexto de pandemia, de crise econômica, social. Os dados divulgados pelo jornal Zero Hora, nas últimas horas, mostram que a desigualdade social cresceu na cidade de Porto Alegre em meio à pandemia. Nós temos um aumento da população em situação de rua, temos várias questões importantíssimas para tratar na nossa cidade, mas o que o Executivo manda novamente é um projeto que versa sobre isenção aos grandes empresários, que lucraram muito nos últimos meses – lucraram muito. E isso já aconteceu no mês de janeiro, quando nós discutimos isenção ao grande empresariado do transporte; agora, mais uma vez, referente ao segmento da tecnologia. E tem mais uma questão que nós precisamos refletir, Ver.^a Reginete, Ver. Oliboni, Ver. Leonel Radde, que é o proponente da Frente Parlamentar em Defesa da Procempa: essa proposição acontece algumas sessões depois de nós votarmos um projeto que desestruturou a Procempa, porque tirou dela uma das suas prerrogativas fundamentais, que é a análise contratual, que é a fiscalização do serviço de tecnologia que a Prefeitura de Porto Alegre contrata. E aí, quando a gente falava, nessa discussão, que se tratava de abrir um espaço para o empresariado, desestruturando uma empresa pública, alguns vereadores diziam que não, que não se trava disso, e o que nós estamos votando hoje? Um benefício para aqueles que, nesse momento, não precisam, enquanto a nossa empresa pública de tecnologia da informação está paulatinamente desestruturada. E é um projeto nacional, é importante que se diga. O vereador Oliboni lembrou agora da Ceitec, um patrimônio público, uma referência na produção de tecnologia, fechada pelo governo Bolsonaro. Nós temos ataques duríssimos à Dataprev, ao Serpro, à Procergs, aqui no Rio Grande do Sul. Há interesses

econômicos que não são escusos, eles estão nítidos e apresentados diretamente neste projeto – diretamente, só não enxerga quem não quer. Na verdade, o interesse dessa proposição não é tornar Porto Alegre uma cidade mais tecnológica, não é ter Porto Alegre na palma da mão, como falam por aí os representantes do Executivo, pelo contrário, é ampliar um nicho de mercado para o segmento do grande empresariado da tecnologia da informação em detrimento do fortalecimento das nossas empresas públicas, que são referência nacional nessa discussão. Não custa lembrar que a Procempa é uma empresa que dá lucro, é uma empresa que produz serviços de alta qualidade para a população de Porto Alegre, mas ela não é a prioridade do governo; a prioridade do governo é a sua relação com o empresariado da tecnologia da informação. E é por isso que nós vamos votar contrariamente, porque nós tínhamos aqui, na cidade de Porto Alegre, a oportunidade de dar um passo adiante em todo esse sistema de tecnologia da informação, que inclui a Procempa, Procergs, Ceitec, Serpro, sistema que é um patrimônio da nossa população, mas esse interesse que está diretamente relacionado à ganância, à vontade de lucrar cada vez mais em detrimento das contas públicas, agora, coloca em risco a cidade de Porto Alegre mais uma vez, e é por isso que nós vamos votar contrariamente a este projeto.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLCE nº 003/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM** e 08 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PLCE nº 003/21.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a formação do bloco de votação composto pelos Requerimentos nºs 130/21, 131/21, 132/21 e 134/21.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sr. Presidente, eu achei uma descortesia, porque eu sou o líder da oposição, se o Ver. Cecchim tivesse falado comigo sobre esse tema, por óbvio que eu daria acordo, mas houve uma pressa tão grande para conversar. Eu iria pedir outra coisa, mas eu vou deixar fora. Foi feito esse acordo, e eu vou assinar. Obrigado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, nós temos um profundo respeito pelo nosso líder da oposição, Ver. Pedro Ruas, e, obviamente, na medida em que me consultaram aqui no plenário, como líder do PT, não como líder da oposição, eu dei acordo do PT para votar quatro frentes, dois requerimentos de autoria do Ver. Cassiá, Requerimento nº 130/21, que requer a constituição da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento do Futebol Feminino e o Requerimento nº 131/21, que requer a

constituição da Frente Parlamentar de Incentivo ao Futebol de Várzea; o Requerimento nº 134/21, de autoria da Ver.^a Reginete Bispo, que requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Alimentar e Nutricional; e o Requerimento nº 132/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que requer a constituição da Frente Parlamentar em Apoio à Moradia Popular e Regularização Fundiária. Os demais não têm concordância, por isso fica para quarta-feira, após o projeto de lei, casualmente de minha autoria, combinado com o pessoal do plenário, com o líder do governo, e com todo o respeito ao nosso líder da oposição, Ver. Pedro Ruas. Muito obrigado.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Dou acordo ao acordo, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Pedro Ruas dá acordo, em nome da oposição.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, eu dou acordo nas duas frentes parlamentares, uma pela Valorização do Futebol Feminino e também na Frente Parlamentar de Incentivo ao Futebol de Várzea, eu acho que é muito importante, e agradeço a todos pela colaboração.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador Idenir Cecchim, tendo em vista que a Frente Parlamentar em Apoio à Moradia Popular e Regularização Fundiária, de minha autoria, está sendo encaminhada ao bloco, eu peço que V. Exa. assuma a presidência dos trabalhos.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Antes disso, Sr. Presidente, se me permite, eu quero reconhecer aqui o esforço da base do governo, mas também quero reconhecer a oposição, que ficou votando, mantendo, mesmo sabendo que não teria votos para aprovar, a oposição permaneceu aqui. Então, o meu reconhecimento.

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento para formação do bloco de votação composto pelos Requerimentos nºs 130/21, 131/21, 132/21 e 134/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 130/21 – (Proc. nº 0363/21 – Ver. Cassiá Carpes) – requer a constituição da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento do Futebol Feminino. (SEI 023.00003/2021-63)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 131/21 – (Proc. nº 0364/21 – Ver. Cassiá Carpes) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Incentivo ao Futebol de Várzea. (SEI 023.00004/2021-16)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 132/21 – (Proc. nº 0367/21 – Ver. Márcio Bins Ely) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Apoio à Moradia Popular e Regularização Fundiária. (SEI 037.00124/2021-00)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 134/21 – (Proc. nº 0380/21 – Ver^a Reginete Bispo) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Alimentar e Nutricional. (SEI 230.00009/2021-95)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o bloco composto pelos Requerimentos nºs 130/21, 131/21, 132/21 e 134/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Visivelmente não há quórum deliberativo. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 19h34min.)

* * * * *